



ÍNDICE DE ANEXOS

	Página
ANEXO I – Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável.....	1
ANEXO II – Inquéritos realizados aos intervenientes no processo de Desenvolvimento do concelho de Loulé	24
ANEXO III – Quadros síntese de respostas aos inquéritos realizados aos intervenientes no processo de Desenvolvimento do concelho de Loulé	52
ANEXO IV - Objectivos e estratégias de Desenvolvimento para o Algarve contemplados nos principais documentos estratégicos (2000-2006)	91

ANEXO I
TIPOLOGIA DE MODELOS
DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categories de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
I- Modelos neoclássicos	Resumo dos autores: -Faucheux -Pearce -Proops -Este tipo de resultado permanece no mesmo espírito dos Modelos pioneiros de : -Stiglitz, -Solow e -Dasguta e Heal	1996	<p>- Os modelos mais simples desta tradição neoclássica são aqueles que estendem as conclusões sobre crescimento óptimo e acumulação de capital para incluir o capital natural.</p> <p>- Uma definição de condições é procurada sob a qual o consumo per capita não decresce ao longo do tempo.</p>	<p>A satisfação dos requisitos sustentabilidade frequentemente assegurada pelo assumir de um melhoramento longo do tempo do factor produtividade.</p> <p>A validade de tal hipótese é <u>questão de controvérsia</u>.</p>	<p>Algum trabalho recente na tradição neoclássica procurou especificamente desenvolver novos modelos para explorar mais directamente as questões da equidade intergerações e a ligação entre progresso técnico e sustentabilidade.</p>	<p>-A conclusão geral é que um padrão de consumo per capita pode ser mantido indefinidamente desde que os efeitos positivos do progresso técnico e ou acumulação de capital sejam suficientes, (através da substituição do capital natural escasso e ou do melhoramento da produtividade) para contornar os efeitos negativos da exaustão dos recursos naturais, poluição, crescimento populacional e descontos inter-temporais.</p>

Fonte: Quadro de elaboração própria

Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categorias de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não satisfação dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
<p>I- Modelos neoclássicos</p> <p>I.1) «Paradigmas para a escolha ambiental; sustentabilidade versus optimalidade»</p>	<p>I-1) Dubourg e Pearce</p>	<p>1994</p>	<p>I-1) Alguns recentes trabalhos na tradição neoclássica procuraram especificamente desenvolver novos modelos para explorar mais directamente as questões da equidade intergeracional e a ligação entre progresso técnico e sustentabilidade. É o caso dos desenvolvimentos seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os autores I-1) analisam as questões decorrentes da aplicação de modelos de standart de crescimento óptimo à sustentabilidade, em particular do ponto de vista ético. 	<p>I-1) Uma mudança não negativa na riqueza económica per capita torna-se o objectivo de equidade intertemporal. Os autores I-29 evidenciam que se tal norma ética é adoptada, o critério da eficiência alocativa é insuficiente para assegurar uma distribuição aceitável da riqueza entre gerações, porque o “eficiente” uso de recursos pode trazer uma inaceitável redução no nível de vida das futuras gerações sob certas condições de tecnologia, stock de capital, disponibilidade de recursos, preferência temporal e determinantes de riqueza. Sob estas condições os caminhos de desenvolvimento formalmente descritos como óptimos, podem não ser sustentáveis. Por outras palavras, a maximização do presente valor (frequentemente chamada maximização da riqueza) pode ser compatível com a não sustentabilidade e inversamente, caminhos de desenvolvimento que são sustentáveis não precisam ser “óptimos” no sentido da eficiência alocativa. O Desenvolvimento Sustentável é definido como a riqueza per capita não decrescente como paradigma para escolha ambiental e política.</p>	<p>I-1) Será examinado o Desenvolvimento Sustentável, definido geralmente como riqueza per capita não decrescente como um paradigma para a escolha ambiental e política. Comparar-se-á com as abordagens neoclássicas existentes dando particular atenção à forma como estas estratégias competitivas podem tentar dirigir questões ambientais. A sustentabilidade e a optimização económica convencional podem ser conflituosas. Ultimamente, contudo, a escolha entre as duas é determinada por julgamentos de valor acerca da importância da justiça intertemporal.</p>	<p>Os autores I-1) concluem que a chave para políticas efectivas de Desenvolvimento Sustentável é reconhecer a extensão para a qual diferentes tipos de capital se podem substituir entre si e fazer a distinção entre o capital natural “crítico” e o capital natural não crítico. Na prática, contudo, não tem sido esta a forma como as políticas para o Desenvolvimento Sustentável têm sido formuladas e implementadas.</p>

Fonte: Quadro de elaboração própria

↳ Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categorias de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não satisfação dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
I- neoclassicos						
I.2) «Um equilíbrio competitivo da reprodução dos recursos naturais renováveis»	I-2)Peer	1994	I-2) Peer pretende dar uma formulação de modelo da relação entre eficiência alocativa e distribuição de riqueza intergeracional em economias competitivas. A mudança intertemporal implica mudanças entre gerações distintas mas sobrepostas e portanto para o autor a afectação intertemporal do capital natural deve focar-se no papel desempenhado pela distribuição de vantagens entre gerações na determinação do equilíbrio competitivo.	I-2) A sustentabilidade é definida como utilidade não decrescente para indivíduos em sucessivas gerações e um constante nível de stock de recursos naturais renováveis como uma dotação para os jovens em sucessivos períodos.	I-2) Peer propõe um modelo geral de equilíbrio para analisar a possibilidade do crescimento sustentável para séries infinitas de gerações sobrepostas, cada uma com uma vida finita, tendo que manter um recurso natural renovável a um nível adequado através do tempo. O modelo consiste de um recurso natural renovável, com dois sectores produtivos e explora a possibilidade de conseguir a reprodução intertemporal dos recursos naturais numa economia fechada sem intervenção Governamental	I-2) Embora o modelo esteja completamente desenvolvido, ele permite alguma análise estática comparativa para a sensibilidade do trabalho sectorial e afectação de recursos naturais, salários, taxa de lucro e o preço dos recursos naturais, a variações dos parâmetros definindo o crescimento populacional, produtividade tecnológica e desconto temporal.

Fonte: Quadro de elaboração própria

Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categories de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
I- Modelos neoclássicos I-3) «Equidade intergeracional, política fiscal e sustentabilidade ambiental»	I-3) Marini e Saramozino	1994	I-3) Os autores desenvolvem o tema de que um modelo económico significativo para a sustentabilidade, deve explicitamente considerar a existência do que chamam externalidades seccionais e as consequências redistributivas intergeracionais das acções económicas correntes.	I-3) O interesse em tais modelos como sugerem os autores, relaciona-se principalmente com a importância dos debates de sustentabilidade da questão da equidade intergerações, implicando que o horizonte temporal deve ser estendido a muitas gerações.	I-3) O seu modelo incorpora a qualidade ambiental directamente nas funções de utilidade dos agentes optimizadores. A questão é a considerar a preocupação de equidade intergerações dentro de uma rede utilitária.	Os autores I-3) mostram entre outras coisas como a distribuição de direitos ou transferências de capital natural entre gerações se sustenta na equidade entre gerações. Eles também mostram como as falhas de mercado podem ser corrigidas através de um conjunto de regras fiscais temporalmente consistentes e que um programa político óptimo, pode atingir o definido óptimo social e quanto também são preservadas as propriedades de resistência do ecossistema.

Fonte: Quadro de elaboração própria

Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categorias de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
I- neoclássicos I-3) «Equidade intergeracional, política fiscal e sustentabilidade ambiental»	I-3) Marini e Searamozino (continuação)	1994	Os autores adoptam, tal como Peer uma rede de equilíbrio geral de gerações sobrepostas, ao longo das linhas de modelos pioneiros de Howarth e Norgaard.	(Mencionada anteriormente)	Os autores fazem-no introduzindo uma preocupação pela distribuição intertemporal dentro da função individual de utilidade, como questão de benefícios para os indivíduos de cada sucessiva geração . Estes podem incluir compensação pelos danos ambientais irreversíveis. A distribuição de direitos e benefícios entre gerações é decisiva em determinar se a eficiência alocativa de recursos providencia níveis de riqueza	Os autores concluem que a internacionalização do ambiente e as externalidades intergerações podem, sob apropriados direitos e estruturas de transferência permitem que a equidade intergerações seja atingida.

Fonte: Quadro de elaboração própria

Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categories de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não satisfação dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
I- neocássicos I-4) «Desenvolvimento sustentável através de modelos de crescimento endógeno»	I-4) Gastaldo e Ragot	1994	I-4) Os autores mostram como os modelos de crescimento endógeno providenciam um modo no qual a ligação entre progresso técnico e sustentabilidade pode ser investigada. Eles lembram o facto da teoria standard de de crescimento não providenciar solução simples para a questão de medir o progresso técnico e de quantificar os passados e possíveis futuros impactos do progresso técnico na taxa de exploração do capital natural. Isto significa que não há maneira simples de avaliar as contribuições (positivas ou negativas) do progresso técnico para a sustentabilidade ecológica.	I-4) Os autores procuram mostrar como os modelos de crescimento endógeno oferecem uma descrição de como a selecção de tecnologias “limpas” pode ser encorajada através do foco no progresso técnico considerando o capital natural nos modelos. Torna-se possível considerar investimento e condições de progresso técnico suficientes para atingir a sustentabilidade – definida como mudança não negativa no consumo per capita através do tempo.	I-4) Com a introdução do capital natural nos modelos, torna-se possível definir investimento e condições de progresso técnico em ordem à sustentabilidade.	I-4) Os autores concluem com a discussão da importância do comportamento de consumo na perspectiva de caminhos que aumentem spectrum de instrumentos de política disponíveis para guiar o desenvolvimento económico

Fonte: Quadro de elaboração própria

Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categories de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
I- Neoclássicos I-5) «Efeitos económicos das políticas ambientais e restrições: o que podemos nós aprender dos modelos de equilíbrio computáveis »	I-5) Destais	1994	Destais apresenta uma revisão crítica da literatura sobre modelos de equilíbrio geral computável aplicados a questões de Desenvolvimento Sustentável. Estes modelos pretendem ser instrumentos para estimar os efeitos das diferentes medidas de política. Por exemplo, podem ser usados para avaliar que tipo de instrumentos (tais como taxas, regulações) parecem mais apropriados para combater a poluição e a degradação ambiental.	I-5) Dois principais argumentos dados para recurso a estes modelos são: (i) O facto de que a sustentabilidade põe ênfase no longo prazo e o facto destes modelos servirem melhor para tratar o longo prazo. (ii) O facto de que estes modelos levam em conta numa rigorosa e coerente maneira as interacções dentro de um sistema económico completo. Estes argumentos estão contido abertos ao debate.	I-5) Com respeito aos recursos naturais eles permitem a simulação dos efeitos na actividade económica de uma escolha para uma substituição de uma energia particular ou recursos naturais. Estes modelos têm que ser desenvolvidos para lidar com a concorrência imperfeita e rigidez de preço, bem como externalidades ambientais. Destais avalia as realizações e limitações deste tipo de modelização. É enfatizado que estes modelos relatam o que é chamado “fraco” conceito de sustentabilidade (isto é, fazendo o pressuposto de pronta substitutabilidade entre o capital natural e o capital “made”).	I-5) Destais conclui que a grande diversidade de tais modelos correntemente em uso, a variabilidade nos resultados obtidos e a sensibilidade dos resultados relativamente pressupostos sublinhados e escolhas de parâmetros, torna difícil ver estes modelos como tendo uma clara superioridade, sendo isto muito mais uma questão do modelo particular e situação de aplicação.

Fonte: Quadro de elaboração própria

Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categorias de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não satisfação dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
II- <u>Modelos Evolucionários</u>	Resumo dos autores: -Faucheux -Pearce -Proops	1996	Abordagens de modelização evolucionária a problemas de sustentabilidade. Os modelos evolucionários quebram com a análise de equilíbrio axiomático encontrada nos modelos de crescimento neoclássicos. A abordagem, tipicamente olha mais para aspectos de conflito dos processos económicos e interações, enquanto as análises neoclássicas tendem a subestimar o conflito pela ênfase nas condições marginais e optimização. A mudança é explicada numa perspectiva evolucionária, em termos da capacidade do sistema para gerar adaptações às crises ou restrições, quer impostas de fora ou trazidas pelo próprio desenvolvimento do sistema.	A natureza dinâmica das interações recorrentes entre os sistemas técnicos, sócio-económicos, sociológicos foca a incerteza e o carácter multidimensional das causas na mudança económica e tecnológica. Os modelos evolucionários são uma perspectiva prometedor para representar e endogenizar o complexo fenómeno da mudança tecnológica em análises relacionadas com o Desenvolvimento Sustentável.	Em contraste com as análises neoclássicas que são baseadas numa abordagem axiomática e dedutiva à mudança técnica, os modelos evolucionários usam tipicamente abordagens indutivas, baseadas em observações da complexa realidade de mudança ao longo do tempo.	Este tipo de abordagem tem a vantagem de demonstrar o papel essencial que a evolução técnica pode desempenhar na definição de um caminho de Desenvolvimento Sustentável, bem como a importância da política económica para conduzir o sistema económico nas desejadas direcções de mudança. Os instrumentos de política pública disponíveis para as autoridades reguladoras podem ser usados para mais do que fazer ajustamentos marginais. Eles podem formar a base para maiores mudanças na direcção e forma da actividade económica.

Fonte: Quadro de elaboração própria

Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categories de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não satisfação dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
II- <u>Evolucionários</u> Modelos «Fundamentos clássicos para um modelo fisiológico e económico de sustentabilidade»	II-1) Christens en	1994	II-1) Chistensen aborda a evolução dentro da história do pensamento económico. Ele evidencia que muito do pensamento evolucionário em economia tem sido influenciado por analogias e metáforas decorrentes dos domínios biológicos e ecológicos, incluindo o que pode ser descrito como modelos ecológicos de sistemas económicos preocupados com a identificação das restrições biofísicas da actividade económica.	II-1) A teoria evolucionária acarreta uma conceptualização endógena da evolução técnica e isto implica que um objectivo maior seja analisar as ligações entre a evolução técnica e movimentos em direcção ao desenvolvimento Sustentável. A interdependência é analisada numa perspectiva de mudança e efeitos de feedback acontecendo através do tempo, implicando a realização do Desenvolvimento Sustentável como uma mutação estrutural produzida por um processo irreversível.	II-1) É considerada a interdependência entre os sistemas de mudanças e efeitos de feedback através do tempo.	II-1) O processo económico é considerado como uma evolução aberta, onde a estruturada actividade económica é transformada ao longo do tempo por inovações tecnológicas cumulativas, escolhas políticas e mudanças ecológicas. Ajudados por tais modelos, os decisores podem estar melhor equipados para fazer escolhas tecnológicas, bem como económicas e fiscais que conduzam a actividade económica em direcção ao respeito pelos requisitos do Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Quadro de elaboração própria

Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categories de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
II- Modelos Evolucionários	II-2) Benhaiim E Schembri	1994	Os autores olham criticamente como a modelização do crescimento endógeno e a modelização evolucionária ajudam a explicar os processos que geram mudança técnica e a sua influencia na sociedade e no ambiente. Os modelos de crescimento endógeno providenciam uma representação abstracta das origens do progresso técnico (em termos de capital humano, compreensão do fenómeno, ...) sem dar muita atenção aos determinantes das taxas de tal progresso ou sua variabilidade. Neste tipo de modelização, os autores consideram que as fontes da mudança técnica se reduzem a objectivos e variáveis conforme uma lógica de mercado competitivo. Esses modelos de crescimento endógeno não consideram os problemas relacionados com a transição dinâmica e geralmente consideram que a mudança técnica é assimilada pelo sistema económico e entidade social.	II-2) Os autores, em sugerem, em contraste, análises evolucionárias de mudança técnica que parecem mais capazes de caracterizar o fenómeno da transição.	II-2) Oferecem explicações de métodos de selecção para caminhos tecnológicos, clarificando tais modelos os pré-requisitos para identificar medidas efectivas de política e direcções apropriadas para conduzir a mudança tecnológica.	II-2) Por exemplo os autores explicam que a modelização evolucionária pode usar instrumentos desenvolvidos pelas tradições Neoricardianas para analisar a propagação da mudança tecnológica através de um conjunto de processos de produção. Por extensões do interface económico-ecossistema, analisar ainda a influencia do ambiente na perspectiva de crescimento, disponibilidade de recursos naturais, restrições espaciais e impactos económicos sobre o ambiente (emissões poluentes e degradação ambiental).

Fonte: Quadro de elaboração própria

Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categorias de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
II- <u>Modelos Evolucionários</u> II-3) «A transição dos hidrocarbonos: As questões para política»	II-3) Kemp	1994	II-3) O autor sugere que precisamos de um modelo evolucionário de mudança tecnológica onde se olhe para transições entre “regimes tecnológicos” definidos como complexas práticas científicas e infra-estruturas que façam a totalidade da tecnologia.	II-3) Kemp sugere que as noções usuais de crescimento óptimo são inapropriadas para a mudança estrutural de longo prazo para a economia, particularmente com elevados níveis de incerteza como em muitos problemas ambientais.	II-3) Kemp sugere que mais ênfase seja dada aos recursos renováveis, mesmo aqueles que no seu presente estado de desenvolvimento possam parecer economicamente não prometedores.	II-3) O autor evidencia a importância da ciência e de programas tecnológicos para novas tecnologias com benefícios potenciais de longo prazo.

Fonte: Quadro de elaboração própria

Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categories de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
II-4) «Crescimento cíclico e restrições de recursos primários»	II-4) Amendola e Froeschlé de Gaffard Lega	1994	II-4) Os autores dão os elementos de um modelo de sustentabilidade no qual o carácter sequencial de produção é apresentado como uma restrição fundamental nas taxas de crescimento económico.	II-4) Esta representação permite a estrutura temporal de produção e a sua mudança ao longo do tempo.	II-4) No modelo um output final homogéneo é obtido por dois inputs primários (trabalho e energia) e processos de produção são definidos por vectores cujos elementos representam as quantidades de trabalho e energia requeridas em cada sector, numa fase distinta de construção e utilização do capital produzido. Uma limitação do modelo é que os recursos requeridos para suportar a produção e sustentar o consumo não são medidos em termos físicos (que vincariam as interdependências económico-ambientais) mas em termos monetários.	II-4) O modelo descreve a dinâmica de mudança de curto e médio prazo nos níveis sectoriais com os problemas de coordenação na afectação de recursos entre sectores e através do tempo. A análise considera primeiro o papel dos recursos primários como uma restrição ao crescimento económico e segundo o significado da estrutura temporal de produção (isto é, mecanismos de crescimento dentro da economia em si).

Fonte: Quadro de elaboração própria

Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categories de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não satisfação dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
II- Evolucionários e Mudança climática e desenvolvimento económico»	II-5) Jost	1994	II-5) Jost propõe um modelo de produção para analisar as relações entre mudança climática, escassez de recursos naturais, expansão económica e efeitos distributivos da política ambiental.	II-5) Distintas estruturas de produção são definidas para duas regiões: uma região desenvolvida e uma região menos desenvolvida. Simulações são então apresentadas, as quais exploram os padrões de mudança da actividade económica e os conflitos de distribuição intra e intergeracionais relacionados com a imposição de uma taxa de emissão de gás de considerando o efeito de estufa num esforço para reduzir as pressões da mudança climática.	II-5) O modelo de duas regiões evidencia a interdependência entre a estrutura produtiva e o uso de recursos naturais.	II-5) Evidencia a complexidade de prosseguir objectivos de Desenvolvimento Sustentável através da procura da harmonização de desenvolvimento económico, equidade e objectivos de qualidade ambiental

Fonte: Quadro de elaboração própria

Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categories de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
II- Evolucionários II-6) «Tecnologia e sustentabilidade: uma mudança organizacional e institucional»	II-6) Lahay e Llerena	1994	II-6) Os autores argumentam que o Desenvolvimento Sustentável necessita uma nova abordagem para a escolha de tecnologias, especificamente a adopção de tecnologias “limpas”.	II-6) Consideram as direções da mudança tecnológica endógenas, relacionadas com a organização social e instituições e procuram compreender as mudanças organizacionais e institucionais que são necessárias para atingir a sustentabilidade.	II-6) Os autores enfatizam, por um lado, a importância de processos de aprendizagem e troca de conhecimento e outro, a existência de resistência a novas políticas e à mudança.	II-6) Insistem na importância de tecnologias “limpas” para a definição de caminhos tecnológicos em direcção à sustentabilidade, mas argumentam que para evitar momentos de interrupção é preciso haver uma cuidadosa complementaridade entre mudanças progressivas e radicais da tecnologia e organização social.

Fonte: Quadro de elaboração própria

Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categorias de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não satisfação dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
III- Modelos Económico-ecológicos	Resumo dos autores: -Faucheux -Proops	1996	A especificidade da perspectiva económica-ecológica é a análise da dinâmica da interacção entre os sistemas ecológico e económico, através da integração de proposições sobre as propriedades distintas da estrutura ecológica bem como da económica, funcionamento e organização. O foco típico da abordagem económico-ecológica não é tanto nas propriedades de um estado ou estados de equilíbrio mas mais na persistência ou sustentabilidade ou sua ausência no funcionamento do sistema sob condições ambientais em mudança, estas devidas à própria actividade do sistema. Semelhantes preocupações com a compreensão do comportamento ao longo do tempo de complexos sistemas, são encontradas nas ciências sociais e naturais.	Um dos conceitos chave desta corrente de trabalho é “coevolução”. Este conceito derivado inicialmente da biologia, é ampliado para referir as interacções que tomam lugar entre dois sistemas em evolução, aberto um ao outro, neste caso um sistema socio-económico e um ecológico. A coevolução toma lugar quando ocorre uma mudança numa parte dos sistemas, a qual provoca uma variedade de mudanças através de ambos os sistemas, por interdependência e mecanismos de feed back. Um ecossistema pode acomodar uma variedade de influencias perturbadoras das acções económicas desde que os fundamentos do suporte de vida e renovação não sejam afectados. Contudo, graves perturbações podem conduzir a situações de possível bifurcação, onde o ecossistema pode sofrer mudanças radicais e irreversíveis na forma e padrões de funcionamento. Nesta perspectiva, o Desenvolvimento Sustentável pode ser posto em termos de dois processos interactivos de “destruição criativa” em larga escala: o da evolução do meio natural como um complexo e sempre em mudança conjunto de actividades e o processo de desenvolvimento económico nas suas três dimensões: a económica; a humana-cultural e a biofísica.	Esta visão “coevolucionária” insiste na estabilidade, multidimensionalidade e complexidade crescente dos sistemas de vida expressos em múltiplas escalas de organização. A modelização económica-ecológica assenta frequentemente na teoria matemática dos sistemas dinâmicos complexos, por exemplo em ordem a considerar o papel do sistema de preços, das formas reguladoras de não mercado e da autónoma organização dos processos ecológicos em determinar o uso, degradação e possível renovação do capital natural.	A abordagem económico-ecológica é inovadora, quer na visão que apresenta dos problemas económicos e nas abordagens de tais questões como da avaliação do capital natural e identificação das opções de política e instrumentos. Esta visão explicita de uma complexa co-evolução sócio-económica-ecológica é provavelmente o que mais distingue a modelização económico-ecológica das duas categorias de modelos anteriores.

Fonte: Quadro de elaboração própria

15 Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categories de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
III- Económico-Ecológicos III-1) «Resistência ecológica à sustentabilidade do desenvolvimento económico»	III-1) Perrings	1994	III-1) Perrings explora a questão de como a resistência ecológica e estabilidade e sustentabilidade estão ligados em diferentes níveis do desenvolvimento económico bem como as implicações da gestão dos recursos ambientais.	III-1) A perda da resistência não significa que o desenvolvimento económico seja insustentável, mas aumenta a probabilidade de que isso aconteça. Também aumenta a carga na gestão ambiental. Com respeito à <u>sustentabilidade</u> , as duas propriedades do ecossistema que interessam são a <u>resistência</u> e <u>controlabilidade</u> . Muitos processos ecológicos chave nem são observáveis nem são controláveis e os seus limites e parâmetros são cientificamente mal definidos.	III-1) O seu modelo é baseado no recente trabalho da ecologia e economia sobre a perda de biodiversidade, o qual sugere que o maior custo económico do esgotamento das espécies para as presentes e futuras gerações pode ser encontrado na perda da resistência dos ecossistemas que providenciam serviços de apoio básicos à vida. A principal hipótese do modelo é então que a manutenção da estabilidade do ecossistema é um requisito necessário para assegurar a sustentabilidade de longo prazo.	III-1) O que pode melhorar direcionar-se para a gestão ambiental é a estabilização da economia e do ecossistema em níveis sustentáveis de actividade que correspondam à protecção da resistência do ecossistema. Pode-se vislumbrar uma abordagem multidimensional, para a avaliação ambiental, dado o facto dos preços de mercado não serem adequados reflexos dos ecossistemas no sentido de que não providenciam sinais fiáveis se um sistema está ou não a atingir o limiar da resistência

Fonte: Quadro de elaboração própria

↳ Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categories de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não satisfação dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
III-2) «Modelização regional económico-ecológica integrada para o Desenvolvimento Sustentável»	III-2) -Reyes -Costanza - Waiger - Debellev ue e Bockstael	1994	III-2)Os autores desenvolveram um modelo económico-ecológico aplicado ao rio Patuxent na região Maryland. Este modelo é muito complexo, combinando uma representação de vários habitats com padrões temporais tais como sazonalidade meteorológica e biológica e diferentes populações e comunidades.	III-2)Torna-se impossível chegar a resultados de larga escala. O modelo simula variáveis indicadas e pode ser usado para estimar impactos de específicas práticas do uso da terra, tal como efeitos de planos de redução de nutrientes na produção de colheitas e nas mudanças associadas nas populações de espécies.	III-2)Em termos analíticos é caracterizado por fortes interações não lineares, complexos laços de feed back envolvendo matéria, energia e informação, e descontinuidades e sinergias o que é absolutamente impossível extrapolar do comportamento de pequena escala, para chegar a resultados de larga escala.	III-2)Este modelo espacial explicitamente articulado tem o potencial para maior extensão modular para endogeneizar os componentes sectoriais da agricultura, para providenciar a base para análise dos efeitos directos ou indirectos ao longo do tempo de diferentes opções de política.

Fonte: Quadro de elaboração própria

Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categories de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não satisfação dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
III- Económico-ecológicos e Modelos «Modelos não lineares e perturbação económica: sustentabilidade como um conceito de corredores de estabilidade».	III-3) Beckenbach -Pasche	1994	III-3) Os autores exploram a possibilidade de usar análise de sistemas não lineares dinâmicos na modelização económico-ecológica.	III-3)A sustentabilidade aparece como um problema de sistemas interactuantes com diferente velocidades de evolução. Actividades irreversíveis como inovação nos sistemas de produção, dizem-se estáveis quando considerando as mudanças ecológicas interdependentes, permitem que o desenvolvimento do sistema permaneça dentro de um corredor de estabilidade.	III-3) Nos sistemas não lineares os fenómenos de desequilíbrio de curto prazo podem ter um duro impacto no caminho de longo prazo. Mais diferentes formas de evolução podem interagir com influência recíproca. Em termos matemáticos, as estruturas produzindo as diferentes formas, intersectam-se através de pontos de ligação. A análise de estabilidade permite a identificação de “corredores de estabilidade”, significando regiões dentro das quais, flutuações estocásticas podem ser adaptadas de uma forma suave de forma que não ocorram quebras fundamentais na estrutura do sistema económico ou ecológico.	III-3)A sustentabilidade concebida em termos de corredores de estabilidade, não é adequadamente caracterizada por uma descrição de níveis ecológicos, mas sim numa propriedade dinâmica relacionando com uma coevolução económico-ecológica estável.

Fonte: Quadro de elaboração própria

Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categorias de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não satisfação dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
III-4) «Um sistema de modelos dinâmicos desenvolvimento regional económico-ecológico»	III-4) -Safanov	1994	III-4) Safanov propõe algum modelos input-output para o estado de desenvolvimento de uma região económica e da sua interacção com o capital natural.	III-4) Uma abordagem sistémica, combinando sistemas dinâmicos com análise input-output, permite a diversidade de estruturas económicas e ecológicas interligadas, bem como a contribuição da inovação tecnológica para os caminhos de evolução económica de longo prazo.	III-4) «Nature Economy Simulation System-NESSY» é desenvolvido para a capacitar para a construção de modelos para uma região particular, com um sistema informático para armazenamento de informação, simulação dinâmica e análise quantitativa.	

Fonte: Quadro de elaboração própria

Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categorias de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não satisfação dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
IV- Modelos Neo-Ricardianos	Resumo dos autores: -Faucheux -Pearce -Proops	1994	A característica marcante destes modelos é uma representação multi-sectorial aqui com extensão para incluir “parte ecológica”, bem como sectores económicos como processos de produção interdependentes. Enquanto o formalismo é prestado pelos modelos económicos da tradição de Von Neumann e Sraffa’s a visão evidenciada é a evolução ecológico-económica.	Esta abordagem da produção articulada, quando ligada com preocupações de limites ecológicos à expansão económica, conduz a uma visão de sustentabilidade e menos como um processo de crescimento do que como reprodução dinâmica, envolvendo ciclos económico-ecológicos interligados. A viabilidade económica de longo prazo depende de conseguir uma manutenção contínua e articular a renovação das estruturas económicas e ecológicas.	Nos modelos de produção articulada, e os sectores ampliados aos recursos naturais às preocupações de degradação ambiental, a ideia de material auto-renovador e ciclos de transformação energética é mais simplesmente expressa em termos de estrutura estacionária.	Na realidade, os sistemas económicos e ecológicos são esperados coevoluir enquanto os sectores interaguintes preservam uma solidariedade de funções. A este respeito, os modelos neo-ricardianos enfatizam a estrutura das interdependências e trocas e constituem uma visão complementar da encontrada nos modelos evolucionários focando a estrutura da evolução da produção ao longo do tempo. Por exemplo, usando a análise da produção estrutural articulada, pode-se mostrar que as ligações entre as inovações tecnológicas com o objectivo de melhorar a “eco-eficiência” e um movimento em direcção à sustentabilidade económico-ecológica será mais forte se as novas tecnologias de produção em questão possam ser identificadas como um subconjunto das tecnologias económicas e ecológicas compatíveis com a reprodução de um sistema de longo prazo.

Fonte: Quadro de elaboração própria

Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)



Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categories de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
IV- Modelos Neo-Ricardianos IV-1) «Partilhand o o Futuro, partilhando o outro: uma teoria “pós-clássica do valor”	IV-1) O’ Connor	1994	IV-1) O autor desenvolve um modelo de produção articulada para expressar a ideia de que a realização da sustentabilidade depende do reconhecimento da obrigação da reciprocidade através do tempo expresso quer em termos biofísicos quer socio-éticos.	IV-1) Uma teoria de “preços” para a sustentabilidade, desenvolve a economia e ambiente considerados constituídos por muitos sistemas, prosseguindo um processo de coevolução gerando um rendimento conjunto. Num estado estável este é reinvestido em cada período para assegurar a renovação de cada subsistema de uma forma interdependente.	IV-1) Uma representação dinâmica input-output em termos do processo da transformação de recursos e mudanças inter-processuais é usada para caracterizar a estrutura de produção e consumo no estado estável económico-ambiental. A real complexidade das interacções económicas e ecológicas são no modelo reduzidas a coeficientes desprezando o resultado líquido do complexo de feedbacks restringindo e influenciando o comportamento dos sub-sistemas. Estes coeficientes descrevem os stocks de recursos (do capital económico e ecológico) dentro de cada sector, a produção de recursos líquida e consumo e as trocas líquidas inter-processuais. Embora o modelo seja meramente teórico, permite a exploração de propriedades de estados estáveis, servindo para evidenciar as características cíclicas de qualquer coevolução económico-ambiental sustentável (isto é uma que mantenha quer os stocks de capital natural quer económico e os fluxos de serviços que neles se obtêm).	IV-1) Tais resultados ajudam a focar as análises a níveis mais empíricos, por exemplo explorando a disponibilidade ou não para uma sociedade de opções tecnológicas, não apoiando uma rápida acumulação do capital económico, as quais irão evitar a degradação ambiental através da contribuição positiva para os ciclos de restituição económico-ecológica. Isto irá levar a questões colocadas ao nível socio-político, se as pessoas estão na disposição de aceitar “os custos de ajustamento”, de adoptar tecnologias ambientalmente benignas com os correspondentes reduzidos mas sustentáveis padrões de consumo económico.

Fonte: Quadro de elaboração próprio

Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

Tipologia de Modelos de Desenvolvimento Sustentável

Categorias de Modelos	Autores	Data	Principal Foco	Satisfação ou não satisfação dos requisitos de sustentabilidade	Metodologia de Modelização	Principais conclusões
<p>IV- Modelos Neo-Ricardianos</p> <p>IV-2) «Sustentabilidade e estabilidade num modelo clássico de produção»</p>	<p>IV-2)</p> <p>Erreygers</p>	<p>1994</p>	<p>IV-2)O autor explica como é que o conceito de sustentabilidade pode estar ligado à noção de sistema de produção multi-sectorial operando de uma maneira auto-reparadora.</p>	<p>IV-2)O recurso natural (terra) é então considerada, em geral, ser exaurível e restaurável. Um conjunto de tecnologias é suposto apoiar um sistema de produção sustentável se existe um conjunto de níveis de actividade não negativos para cada processo tal que o sistema pode satisfazer a procura de consumo corrente sem degradar a base de recursos naturais.</p>	<p>IV-2)O autor analisa a relação entre produção económica e degradação ambiental com um modelo neo-ricardiano discreto, com o uso de recursos naturais sendo considerados através de uma extensão do conceito Sraffian de renda.</p>	<p>IV-2)A demarcação pode prontamente ser feita, em termos de modelos, entre a mudança qualitativa reversível e irreversível na qualidade dos recursos naturais (isto é, degradação da terra). O modelo ainda ajuda a conceptualizar a importância de orientar os estudos de sustentabilidade no sentido de que pode haver muitos estados estáveis de equilíbrio (sustentáveis) ou nenhuns, isto é, nem nenhuma dessas situações é garantida.</p>

Fonte: Quadro de elaboração própria

Por adaptação de: Faucheux; Pearce; Proops (1996)

ANEXO II
INQUÉRITOS REALIZADOS
AOS
INTERVENIENTES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO
DO
CONCELHO DE LOULÉ

Inquérito I

O turismo serve à freguesia?

Responda por favor às questões seguintes:

1-A sua freguesia está dependente apenas de uma actividade económica?

- Sim. Qual?
- Não? Quais?

2- As actividades locais estão:

- Em expansão
- Estáveis
- Em declínio

3- Assinale, por favor no quadro seguinte quais as actividades económicas que estão em cada uma das situações da alínea anterior.

Actividades económicas (listagem)	Em expansão	Estáveis	Em declínio
- Agricultura Sequeiro Regadio			
- Pescas			
- Turismo			
- Indústria			
- Comércio			

4-O desemprego é sazonal?

- Não
- Sim

5- Em que meses incide mais?

.....

6-Os desempregados:

- Têm formação
- Não têm formação

7-Há uma força de trabalho apropriada e disponível localmente?

- Sim
- Não

8-As receitas dos impostos que beneficiam as populações têm vindo a:

- Aumentar
- Decrescer
- Permanecer estacionários

9-A diversidade da oferta em termos de comércio é:

- Inadequada?
- Considerável?
- Intermédia?

10-Os principais acessos são:

- Atractivos
- Com necessidade de melhoramento em termos de limpeza
- Com necessidade de maior restauro e reparação

11-No que concerne ao crescimento da actividade turística a população da sua freguesia está:

- Concordante?
- Indecisa?
- Dividida?

12-Que actividades culturais locais é que existem na freguesia?

- Mostra de gastronomia local
- Mostra de artesanato local
- Folclore
- Grupos de teatro
- Divulgação da música popular
- Grupos de animação ligados a sociedades recreativas
- Outras.
- Quais?

Essas actividades culturais são:

- 13- De elevada qualidade
 De baixa qualidade
- 14- Apoiadas pela autarquia
 Não apoiadas pela autarquia
- 15- Realizadas em apenas alguns períodos do ano
 Estruturadas do ponto de vista de inserção nas actividades turísticas
- 16- Existe uma colaboração com as empresas hoteleiras e de restauração em termos da realização dessas actividades culturais?
 Não existe qualquer colaboração com as empresas hoteleiras em termos da realização dessas actividades culturais.

17-As actividades culturais têm vindo a ser descaracterizadas em relação aos valores do património cultural da população local?

- Sim. Como?
- Não. Essas actividades têm contribuído para valorizar o património cultural local.

18-Que actividades desportivas e de lazer é que existem na sua freguesia?

- Grupos desportivos
Quais?
- Natação
- Sessões de ginástica
- Grupos de passeios pedestres pela zona
- Outras?
Quais?

Essas actividades desportivas e de lazer são:

- 19- De elevada qualidade
 De baixa qualidade
- 20- Apoiadas pela autarquia
 Não apoiadas pela autarquia

21- Que infraestruturas de apoio é que existem para a realização dessas actividades desportivas e de lazer?

- Campo de futebol
 Piscina da autarquia
 Ginásio
 Complexo Desportivo polivalente
 Outras

Quais?

22-Essas actividades desportivas e de lazer têm vindo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e dos turistas:

- Sim. Como?
- Não. Porquê?

23-Que tipo de actividade na sua freguesia é ou pode vir a ser prejudicial ao ambiente físico?

.....

24-A população da sua freguesia manifesta preocupação para com o ambiente?

Não Sim De que forma?

25-Que iniciativas têm sido tomadas por parte da freguesia e/ ou C.M. Loulé para sensibilizar a população para as questões ambientais?

- Reuniões
- Folhetos
- Esclarecimento
- Outras

Quais?

Fonte: Rural Tourism Marketing. Rural Tourism Center, California State Tourism office, USA, 1987, citado em Sustainable Tourism Development – Guide for local planners – W.T.O.

Inquérito III

Identificação do potencial turístico de espaços naturais próximos da Ria Formosa ou da Serra no concelho de Loulé

Em muitos países, há uma relação simbiótica entre turismo e estabelecimento de áreas protegidas em espaços naturais.

Quando isto ocorre, o potencial turístico na área envolvente é então um importante factor no processo de selecção. As estatísticas mostram que um número crescente de turistas e de pessoas em férias pretende ver algo de diferente. Pretendem viajar em relativo conforto. Pretendem misturar aventura e aprendizagem com actividades de lazer.

Consequentemente, os “packages” turísticos de maior sucesso combinam um número de diferentes interesses: desportos e lazer; observação de vida selvagem, conhecimento dos costumes locais, visita a locais históricos, fotografar ou presenciar cenas espectaculares, gastronomia e compras e, acima de tudo, actividades aquáticas. O mar, lagos, rios, piscinas e quedas de água, todos têm elevado valor, particularmente para o turismo interno.

As seguintes questões que lhe solicito que responda, ajudarão a avaliar o potencial turístico em torno de um espaço natural:

1- Quais são os espaços naturais considerados como áreas protegidas no concelho de Loulé?

.....
.....

2- Qual a legislação que regulamenta essa definição de áreas protegidas?

.....
.....

3- O espaço natural de está:

- Muito próxima do aeroporto ou de um centro turístico importante
- Moderadamente próxima
- Afastada

- 4- A deslocação ao espaço natural é:
- Fácil e confortável
 - Esforçada
 - Difícil e perigosa
- 5- A observação bem sucedida da vida selvagem é:
- Garantida
 - Habitual
 - Só disponível com sorte ou esporadicamente
- 6- O espaço natural oferece:
- Várias características distintas com interesse
 - Mais do que uma característica com interesse
 - Uma única característica com interesse
- 7- O espaço natural oferece:
- Muitos interesses culturais adicionais
 - Algumas atracções culturais adicionais
 - Poucas atracções culturais
- 8- O espaço é:
- Único na sua atracção
Qual?
 - De alguma forma diferente
 - Semelhante a outras reservas
- 9- O espaço tem:
- Praia, lago ou inerentes facilidades recreativas
 - Rio, quedas de água ou piscinas
 - Qual?
 - Nenhuma actividade recreativa aquática
- 10- O espaço está suficientemente próxima de outros sítios de interesse turístico para ser parte de um circuito turístico?
- Sim
Próxima de que sítios?
 - Potencialmente próxima
 - Distante

11-A zona envolvente do espaço natural é:

- De elevada beleza paisagística
- Moderadamente atractiva
- Vulgar

12-Que serviços de restauração estão disponíveis?

- Variados e bem preparados
- Adequados
- Básicos
- Inexistentes

13-Que serviços de alojamento estão disponíveis?

- Variados e confortáveis
- Adequados
- Primários
- Inexistentes

14-Que outras infraestruturas de apoio turístico estão disponíveis?

.....
.....

Fonte: Managing Protected Areas in the Tropics, Makinnon at al., IUCN, Gland, Switzerland, citado em Sustainable Tourism Development – Guide for local planners – W.T.O.

Inquérito IV

Infraestruturas Turísticas em Áreas Naturais do concelho de Loulé

Solicito a sua melhor atenção para a resposta às questões

1- Quais são as únicas áreas naturais consideradas áreas protegidas no concelho de Loulé?

.....
.....

2- Qual a legislação que regulamenta essa definição de áreas protegidas?

.....

3- Tem presente qual a capacidade de carga dos vários locais das áreas protegidas? Quais são os limiares: de infraestruturas

De pessoas

Outros:

- | | SIM | NÃO |
|---|--------------------------|--------------------------|
| 4- As infraestruturas estão concebidas para respeitar a capacidade de carga do local? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 5- As infraestruturas são convenientes para o utilizador?
(Considere acessibilidade, fluxo de visitantes e uso actual) | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 6- Os factores de segurança são considerados?
De que maneira? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 7- A forma destas infraestruturas liga com a função pretendida?
(Por exemplo, há algo para visitar?) | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 8- As infraestruturas estão de acordo com o estilo da zona envolvente? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 9- A localização das construções respeita a preservação das árvores e minimiza o seu corte? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 10- Os edifícios são compatíveis com a zona envolvente? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 11- Os materiais locais foram usados sempre que possível? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

	SIM	NÃO
12- As infraestruturas interferem tão pouco quanto possível com o ecossistema natural? (Por exemplo, as estradas bloqueiam rios ou ribeiros ou os efluentes poluem as águas ou fontes aquíferas?)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Como?		
13- As estradas, atalhos e caminhos são descongestionantes, designadamente minimizando a erosão e o fluxo de tráfego?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14- Os padrões climáticos foram considerados?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
De que forma?		
15- Os melhoramentos são consistentes com o plano geral para a área?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16- As infraestruturas estão localizadas no perímetro de áreas naturais quando possível?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17- Os requisitos de manutenção das áreas naturais foram considerados?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
De que forma?		

Fonte: Guidelines: Development of National Parks and Protected Areas for Tourism, WTO/ UNEP Joint Technical Report Series, 1992, citado em Sustainable Tourism Development – Guide for local planners – W.T.O.

Inquérito V

Avaliação do impacto ambiental do turismo no concelho de Loulé
(Globalmente para o concelho ou quando possível referenciado a zonas específicas)

Avaliação do impacte					
		Todo o Área de concelho de Loulé <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>			
Tipo de impacte	Sem impacte	Menor impacte	Impacto moderado	Impacto sério	Observações
Qualidade do ar					
Qualidade da água de superfície					
Qualidade da água de profundidade					
Tráfego viário					
Níveis de ruído					
Sistema de remoção de resíduos sólidos					
Relação com a paisagem					
Vegetação Natural – Flora					
Vida selvagem animal – Fauna					
Outros. Quais?					

Fonte: Edward Inskeep; “Tourism Planning: An Integrated and Sustainable Development Approach”, published by Van Nostrand Reinhold, 1991, citado em Sustainable Tourism Development – Guide for local planners – W.T.O.

Por favor, preencha o quadro anterior, globalmente para o concelho de Loulé ou discriminadamente por áreas específicas, quando possível.

Inquérito VI

Capacidade de Carga: Questões para discussão

O turismo sustentável requer uma compreensão do ecossistema e da sua capacidade de carga.

As seguintes questões podem ser usadas para facilitar uma discussão de grupo acerca dos impactos do turismo no concelho de Loulé e dos métodos possíveis para aumentar os impactos positivos e diminuir os impactos negativos. Solicito a sua melhor compreensão para a resposta a estas questões.

I-Factores físicos e ecológicos

1- Qual é a proporção actual da área turística no concelho de Loulé?

.....

2- Qual é a dimensão da área a ser ainda desenvolvida para este fim?

.....

3- Que espaço está disponível para uso pelos turistas?

.....

4- Há limitações sazonais?

.....

5- Que modificações podem melhorar o uso do espaço?

6- Que prejuízos ecológicos podem ser potenciados?

.....

7- Fragilidades

7.1- Por exemplo, qual a fragilidade do solo?

.....

7.2- E da vida vegetal?

7.3- E da vida animal?

7.4- E de outras características geológicas?

.....

8- Que medidas ou políticas podem prevenir os prejuízos?

.....

.....

9- Quais são as necessidades de conservação da vida marinha?

.....

10- E de outra vida selvagem?

11- E do solo e de outras características geológicas?

.....

12- Quais são as necessidades de preservação dos locais arqueológicos ou históricos?

.....

13- Atendendo à sua fragilidade que locais deviam ficar resguardados dos turistas?

.....

14- Ou disponíveis só para uso limitado?

.....

15- Quem tem ou devia ter a responsabilidade para assegurar que a infraestrutura é apropriadamente construída para a capacidade de carga dos recursos turísticos?

.....

16- Será que um aumento dos visitantes afectará o comportamento da vida animal e/ou vegetal?

.....

17- Como é que o conflito entre usos competitivos pode ser minimizado?

.....

II- Factores sociais

18- Que volume de turismo pode ser confortavelmente absorvido no dia a dia da vida social da comunidade?

(considere a vontade dos residentes em partilhar a sua comunidade)

.....

19- Que volume de turismo pode ser tolerado sem destruir a vida cultural e social da comunidade?

.....

.....

20- Há variações nos níveis de tolerância durante festivais, celebrações, ocasiões religiosas ou outros eventos especiais?

.....
.....

21- Há o desejo de modificar ou limitar o comportamento dos turistas ou a sua participação em actividades culturais?

.....

22- Se sim, como é que isso pode ser levado a cabo?

.....
.....

23- Que tradições podem ser afectadas pelo aumento das visitas turísticas ou pela sua interacção?

.....

24- Como é que isto pode ser positivo em vez de negativo?

.....

25- Como é que os contactos podem ser uma experiência enriquecedora, mais do que um ponto de conflito?

.....

26- Como é que os residentes locais se podem consciencializar e educar acerca das inter relações entre turismo sustentável, ambiente e o resto da comunidade?

.....

III- Factores económicos

27- A comunidade recebe benefício económico satisfatório da actividade turística?

.....

28- O que é razoável esperar?.....

29- Os benefícios económicos serão suficientes para motivar a comunidade a proteger o ambiente?

.....

30- O actual volume de turismo está a providenciar benefícios económicos óptimos?

.....
31- Se não, como é que os benefícios podem ser aumentados? (Aumentar o volume é só um método. Considere também acrescentar valor a serviços e produtos existentes, tais como “package” das especialidades de gastronomia local).

.....
32- A indústria turística oferece empregos e oportunidades aos residentes locais?

.....
33- Eles são razoavelmente compensados?

.....
34- As condições de trabalho são aceitáveis?

.....
35- A formação profissional para o turismo está disponível?

.....
36- Há oportunidades para promoções?

.....
37- Há oportunidades para o investimento local em actividades servindo os turistas?

.....
38- Ou os lucros são drenados para o exterior por investidores estrangeiros?

.....
39- Se sim, como pode esta situação ser remediada?

.....
40- Os bens produzidos localmente estão disponíveis em qualidade e quantidade suficiente para satisfazer as expectativas dos turistas?

IV- Factores relacionados com infraestruturas

40- Que facilidades de transporte e serviços estão disponíveis?
.....

41- Estão os sítios turísticos em desenvolvimento acessíveis pela existência de serviços de transporte?
.....

42- Se não, como podem ser obtidos?
.....

43- Os serviços básicos incluindo água, energia, esgotos, ..., estão disponíveis e são adequados ao uso projectado?
.....

44- Se não, como podem ser obtidos?
.....

45- As provisões para os serviços de saúde e de segurança pública são adequados?
.....

46- Se não, como podem ser obtidos?
.....

Fonte: W.T.O., citado em Sustainable Development – Guide for local planners, W.T.O.

Inquérito VII

A implementação de planos turísticos

Solicito a sua melhor atenção para a resposta às questões seguintes:

1- Identifique os respectivos papéis dos sectores público e privado e de quaisquer outras organizações e associações para desenvolver o turismo no concelho de Loulé.

.....

2- Existe na sua zona regulamentação que controle o uso da terra e os padrões de desenvolvimento local e regional? Qual?

.....

3- Se concelho de Loulé tem regulamentação de zonas, ela é adequada ao desenvolvimento turístico ou necessita ser modificada? Como poderá ser modificada?

.....

4- Que requisitos legais é que se aplicam no concelho de Loulé aos hotéis, restaurantes e agencias de viagens desde a sua implementação ao seu funcionamento?

5- Que tipos de regulamentação ou de licenciamento se aplica ao desenvolvimento turístico?

.....

6- O concelho de Loulé tem um programa de acção ou de desenvolvimento através do qual projectos turísticos possam ser integrados?

.....

7- Que tipos de projectos de turismo e outras acções considera necessários para ser incluídos num programa de acção para o desenvolvimento turístico na sua zona?

.....

8- Que projectos de turismo no concelho de Loulé foram desenvolvidos de acordo com uma abordagem sistemática de projecto de desenvolvimento incluindo análise de sensibilidade ambiental e social?

.....

9- Há alguns projectos que não tiveram adequada análise de sensibilidade e que estão agora a criar problemas ou de que alguma forma não são bem sucedidos?

.....

10- Pensa que o estabelecimento de uma cooperação para um Desenvolvimento integrado no concelho de Loulé seria uma necessária e desejável abordagem para desenvolver projectos turísticos?

.....

11- Se sim, porque é que esta seria uma boa abordagem?

.....

12- Baseado nos objectivos de desenvolvimento turístico do concelho e nas atracções existentes, que tipos de mercados turísticos seria apropriado promover?

.....

13- Há nichos de mercado especiais que o concelho possa atrair?

.....

14- O concelho de Loulé tem em desenvolvimento algum programa de marketing turístico?

14-A-Se sim, considera que ele representa uma abordagem sistemática ao marketing?

.....

15- Como é que pode melhorar a abordagem de marketing turístico na sua área, ou se não há marketing corrente, o que propõe como adequadas estratégia com definição de objectivos de marketing?

.....

16- De que forma pode o poder local, regional, o Governo e o sector privado melhorar o seu apoio ao Marketing turístico?

.....

17- Há técnicas de promoção do turismo a ser aplicadas no concelho e, se há, quais são?

.....

18- Como é que avalia a efectividade das técnicas de promoção e materiais de informação a serem usados na sua zona?

.....

19- Que canais de distribuição serão efectivos para promover o turismo da sua zona?

.....

20- Que técnicas promocionais serão adequadas e realísticas para aplicar no concelho de Loulé no presente e no futuro quando as atracções, facilidades e serviços forem melhorados?

.....

21- Há oportunidade na sua zona de cooperação entre o sector público e o sector privado de um esforço conjunto de promoção turística?

.....

.....

Fonte: Sustainable Tourism Development: Guide for local planners, W.T.O.

Inquérito VIII

Solicito a sua melhor compreensão para a resposta às questões seguintes:

A Gestão dos Impactos Ambientais e Socio-económicos

A- Gestão dos Impactos Ambientais

1- Há impactos ambientais significativos quer positivos quer negativos ocasionados pelo turismo ou pelo crescimento geral no concelho de Loulé?
Quais são?

.....
.....
.....

2- Como é que os actuais impactos ambientais negativos podem ser atenuados?
Como é que eles podiam ter sido prevenidos?

.....
.....

3- Foi levada a cabo uma Avaliação de Impacto Ambiental com respeito aos projecto turísticos no concelho? Se foi, considera que foi uma abordagem efectiva para controlar os impactos dos projectos?

.....

4- O turismo excedeu a sua capacidade de carga no concelho de Loulé?
Como é que a capacidade de carga é medida?

.....

5-A- Se sim, quais são os efeitos?

5-B-As infraestruturas no concelho são suficientemente bem desenvolvidas para prevenir problemas ambientais se o turismo for desenvolvido?

.....

6- Há necessidade de desenvolver novas infraestruturas ou melhorar as existentes, tais como o fornecimento de água, esgotos e remoção de resíduos sólidos, em ordem a prevenir problemas ambientais?

.....

7- Há regulamentação adequada e outras técnicas para proteger importantes sítios naturais, históricos e arqueológicos no concelho?

.....

8- Que medidas protectoras recomendaria que fossem melhoradas?

.....

9- Há um programa de consciencialização ambiental no concelho de Loulé? E no sistema escolar?

.....

10- Há sítios naturais protegidos na sua zona? (concelho)
Se sim, há facilidades nesses sítios aproximadamente desenvolvidas ou controladas ou há melhoramentos que podem ser feitos?

.....

B – Gestão dos Impactos Socio-económicos

11- Há problemas socio-culturais na sua zona resultantes do turismo ou do crescimento económico?

12-A- Se sim, quais são?

12-B- Como podem ser mitigados? Como poderiam ter sido prevenidos?

.....

.....

13- Há impactos na comunidade resultantes dos padrões comportamentais dos turistas?

.....

.....

14-A- Qual é o efeito do comportamento dos turistas e das actividades turísticas nos jovens da sua zona?

14-B- Os residentes têm acesso às atracções turísticas, facilidades e serviços?

.....

15- Há um problema de congestionamento das características de amenidade durante os períodos de ponta?

.....

16- Esse problema tende a acentuar-se no futuro?

.....

17- Considera que um programa estruturado para encorajar a conservação cultural será apropriado para a sua comunidade?
.....

18- Se sim, o que deve este programa enfatizar?

19- As facilidades e serviços turísticos existentes na comunidade são possuídos e geridos pelos residentes locais ou por pessoas ou firmas do exterior?

20- É uma situação desejável ou indesejável?

21- Qual é a percentagem que estima de bens e serviços locais usados no turismo e qual é a percentagem oriunda de fora da comunidade?
.....

22- De que modo é que os benefícios económicos do turismo podem reverter a favor da comunidade, quer no desenvolvimento presente quer no futuro?
.....

23- Há oportunidade no concelho de Loulé para o “design” e produção de artesanato como atracção para ser vendida aos turistas?
.....

Fonte: Sustainable Tourism Development – Guide for local Planners, W.T.O.

Inquérito IX

Solicito a sua melhor compreensão para a resposta às questões seguintes:

Maximizar oportunidades – Mitigar Problemas – concelho de Loulé

A – Recursos Naturais

1- Como serão usados os vários recursos naturais que estão disponíveis no concelho de Loulé – quer directa ou indirectamente?

.....
.....

2- Quanto de cada recurso pode ser ainda afectado assegurando a sua preservação?

.....
.....

3- Quais são os custos e benefícios ambientais?

.....

4- Qual é o custo da degradação ambiental se o recurso é mal usado ou mal gerido?

.....
.....

5- Se o recurso é usado apropriadamente, quais são os benefícios económicos?

.....
.....

6- Quem recebe os benefícios?

.....

7- Quais são as maneiras alternativas de usar o recurso em ordem quer a beneficiar do seu uso quer a proteger o ambiente?

.....

B – Questões económicas

8- Quais são os custos económicos e benefícios se o desenvolvimento turístico proposto for implementado?

9- Qual é o valor económico de qualquer melhoramento para o ambiente que resultará do desenvolvimento turístico proposto?

10- Qual é o custo económico de prevenir qualquer degradação para o ambiente que pode resultar do desenvolvimento turístico proposto?

11- Qual será o custo de tentar ir ao encontro dos standards ambientais locais?

12- Qual será o custo económico de introduzir controle ambiental adicional?

13- Qual será a perda económica ou ganho se os planos forem elaborados ou modificados em consideração ao ambiente?

14- Os benefícios de implementar standards ambientais serão maiores que os outros?

15- Em que medida podem os lucros ser usados para neutralizar ou mitigar sacrifícios no caso das condições ambientais não terem sido respeitadas?

C – Questões socio-económicas

16- Que custos sociais e benefícios decorrem do crescimento turístico?

17- Que custos e benefícios afectarão o output económico? E quais afectarão o bem estar individual e social?

18- Que compensação oferecerá o crescimento turístico àquele que vivenciam as consequências sociais relacionadas com esse crescimento?

.....
19- Como valorizam os diferentes segmentos da sociedade os custos e os benefícios do crescimento turístico no concelho de Loulé?

.....
20- Quem recebe os benefícios? E quem suporta os custos?

.....
21- Que segmento da sociedade está em posição de pagar para preservar e proteger o ambiente?

22- Como é que o desenvolvimento turístico contribui para satisfazer as necessidades humanas básicas?

23- O potencial da inflação e especulação de solos foi avaliado? Se sim, como?

.....
24- Quais são os efeitos do crescimento turístico no padrão de consumo?

.....
25- Houve um sobreuso das infraestruturas públicas? Quais serão as consequências?

.....
26- Esse sobreuso foi afectado pela sazonalidade? Como?.....

.....
27- Em que medida pode a população local receber formação para o trabalho no sector turístico? *

.....
28- Em que medida os trabalhadores estrangeiros são aceites? Qual será a sua influência na comunidade residente?

.....
29- Qual o grau de participação das organizações não governamentais ambientais de nível local, regional, nacional ou internacional?

* Reformulação

40- Que produtos turísticos podem ser desenvolvidos?

.....

41- Com que capacidade? São sustentáveis?

.....

42- Que taxa de ocupação e participação pode ser esperada durante cada estação?

.....

.....

43- Que impactos ambientais e restrições relacionadas devem ser consideradas?

.....

.....

44- Como irão estes impactos e restrições afectar os segmentos de mercado gerados?

.....

Fonte: Guide for local planners W.T.O.

ANEXO III

QUADROS SÍNTESE DE RESPOSTAS AOS INQUÉRITOS

REALIZADOS AOS

INTERVENIENTES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO

CONCELHO

DE LOULÉ

Quadro I - Actividades Económicas de que Dependem as Freguesias do Concelho de Loulé

Freguesias	Actividades Económicas				
	Agricultura	Indústria	Comércio	Turismo	Serviços
Almancil			*	*	*
Alte	*		*		
Ameixal	*		*		
Benafim	*	*	*		
Boliqueime	*		*	*	
Quarteira	*		*	*	
Querença	*			*	
S. Sebastião	*	*	*	*	*
S. Clemente		*	*		*
Salir	*		*		*
Tôr	*	*			
Total	9	4	9	5	3

Fonte: Inquérito de elaboração própria (I). Ver anexo (II)

Quadro II - Situação em que se Encontram as Actividades Económicas nas Freguesias do Concelho de Loulé

Freguesias	Situação das Actividades Económicas																	
	Agricultura de Sequeiro			Agricultura de Regadio			Pescas			Indústria			Comércio			Turismo		
	Expansão	Estáveis	Declínio	Expansão	Estáveis	Declínio	Expansão	Estáveis	Declínio	Expansão	Estáveis	Declínio	Expansão	Estáveis	Declínio	Expansão	Estáveis	Declínio
Almancil			*													*		
Alte			*											*				
Ameixal			*											*				
Benafim		*											*					
Boliqueime	*			*									*					
Quarteira								*										
Querença			*												*			
S. Sebastião			*												*			
S. Clemente			*											*				
Saizir		*																
Tôr		*											*					
Total	1	4	5	1	2	6	0	1	1	0	0	1	5	0	3	4	3	0

O inquirido não respondeu à questão em causa

A Actividade Económica em causa não se aplica à freguesia inquirida

Fonte: Inquérito de elaboração própria (I). Ver anexo (II)

Quadro III - Meses em que Incide o Desemprego Sazonal nas Freguesias do Concelho de Loulé

Meses	Freguesias							Total
	Benafim	Boliqueime	Quarteira	S. Clemente	S. Sebastião	Salir	Total	
Outubro	*	*	*	*				4
Novembro	*	*	*	*	*			5
Dezembro	*	*	*	*	*	*		6
Janeiro	*	*	*	*	*	*		6
Fevereiro	*	*	*	*	*	*		6
Março		*	*		*	*		4
Abril		*	*					2
Maio		*						1
Total	5	8	7	5	5	4		

Fonte: Inquérito de elaboração própria (I). Ver anexo (II)

Quadro IV - Relação entre a Formação dos Desempregados e a Adequabilidade e Disponibilidade da Mão-de-obra Local nas Freguesias do Concelho de Loulé

Freguesias	Formação dos Desempregados e a Adequabilidade e Disponibilidade da Mão-de-obra Local			
	Formação dos desempregados		Adequabilidade e disponibilidade da mão-de-obra	
	Têm formação	Não Têm Formação	Existência de uma mão-de-obra apropriada e disponível	Não existência de uma mão-de-obra apropriada e disponível
Almancil	*			*
Alte		*		*
Ameixal		*		*
Benafim	*			*
Boliqueime			*	
Quarteira		*		*
Querença				*
S. Sebastião		*		*
S.Clemente		*		*
Salir		*		*
Tôr		*	*	
Total	2	7	2	9

O inquirido não respondeu à questão em causa
 Fonte: Inquérito de elaboração própria (I). Ver anexo (II)

Quadro V - Estado dos Principais Acessos das Freguesias do Concelho de Loulé

Freguesias	Estado dos Principais Acessos		
	Atractivos	Necessitados de limpeza	Necessitados de reparação
Almancil		*	*
Alte			*
Arneixal			*
Benafim			*
Boliqueime			*
Quarteira		*	
Querença		*	*
S. Sebastião			*
S. Clemente	*		
Salir	*		
Tôr			*
Total	2	3	8

Fonte: Inquérito de elaboração própria (I). Ver anexo (II)

Quadro VI - A Diversidade da Oferta em Termos de Comércio das Freguesias do Concelho de Loulé

Freguesias	Diversidade da Oferta		
	Inadequada	Considerável	Intermédia
Almancil		*	
Alte			*
Arneixal	*		
Benafim			
Boliqueime			*
Quarteira		*	
Querença	*		
S. Sebastião		*	
S. Clemente		*	
Salir	*		
Tôr	*		
Total	4	4	2

U inquirido não respondeu à questão em causa
 Fonte: Inquérito de elaboração própria (I). Ver anexo (II)

Quadro VII - Localização das Atividades Culturais por Freguesias no Concelho de Loulé

Freguesias	Atividades Culturais Locais													Total		
	Mostra Gastronomia	Mostra de Artesanato	Folclore	Grupo Teatro	Divulgação da Música Popular	Grupos de animação	Festa religiosas	Marchas populares	Exposições	Música Clássica	Festas sócio-culturais	Festas Populares	Excursões			
Almancil			*						*	*	*					4
Alte	*	*	*	*	*											5
Ameixal												*	*			2
Benafim					*	*										2
Boliqueime	*	*	*		*											4
Quarteira											*					1
Querença	*	*														2
S. Sebastião		*	*			*				*						4
S. Clemente		*	*	*	*	*				*						5
Salir	*	*	*			*				*						5
Tôr	*	*	*			*										4
Total	5	7	7	2	4	5	2	1	1	1	1	1	1	1		

Fonte: Inquérito de elaboração própria (I). Ver anexo (II)

Quadro VIII - Avaliação das Actividades Culturais das Freguesias do Concelho de Loulé

Freguesias		Avaliação das Actividades Culturais														
		Qualidade das actividades		Apoio pela autarquia		Periodicidade das actividades		Colaboração com as empresas		Incidência das actividades culturais no património						
		Elevada	Baixa	As actividades são apoiadas pela autarquia	As actividades não são apoiadas pela autarquia	Realizam-se apenas em alguns períodos do ano	As actividades são estruturadas com vista à inserção nas actividades turísticas	Existe colaboração com as empresas hoteleiras	Não existe colaboração com as empresas hoteleiras	As actividades culturais têm sido descaracterizadas em relação ao património cultural local	As actividades culturais têm contribuído para valorizar o património cultural local					
*	*					*		*							*	
*			*			*		*								
			*			*			*							
*	*		*			*			*							*
*	*		*			*			*							*
*	*		*			*			*							*
*	*		*			*			*							*
*	*		*			*			*							*
*	*		*			*			*							*
*	*		*			*			*							*
*	*		*			*			*							*
10	0	10	0	0	1	10	1	5	5	0	0	5	5	0	0	9

O inquirido não respondeu à questão em causa
 Fonte: Inquérito de elaboração própria (I). Ver anexo (II)

Quadro IX - Actividades Desportivas e de Lazer Existentes nas Freguesias do Concelho de Loulé

Freguesias	Actividades Desportivas e de Lazer																									
	Actividades desenvolvidas por grupos desportivos										Actividades não enquadradas em grupos desportivos															
	Futebol	Basket	Judo	Hoquei em patins	Ginástica	Petanca	Malha na Laje	Caça	Pesca	Karaté	Ciclismo	Raguebi	Ténis	Motociclismo	Natação	Ginástica	P. pedestres	Caça	Pesca	Actividades Culturais	Petanca	Malha na Laje	BTT	Karaté	Bailes	Total
Almancil	*														*						*					4
Alte	*					*	*	*	*						*											7
Ameixal																	*	*								2
Benafim																*	*									2
Boliqueime	*		*		*										*	*	*									5
Quarteira	*	*	*												*	*	*							*	*	4
Querença															*	*	*						*	*	*	5
S. Sebastião	*				*				*						*	*	*									6
S. Clemente										*	*	*	*	*	*	*	*	*								7
Salir																*	*	*	*							5
Tôr						*										*	*	*								3
Total	5	1	1	1	2	2	1	1	2	1	1	1	1	1	2	9	8	2	2	1	1	1	1	1	1	1

O inquirido assinalou no inquérito a opção grupos desportivos, mas não indicou quais, logo estamos perante uma não resposta
 Fonte: Inquérito de elaboração própria (I). Ver anexo (II)

Quadro X - Relação entre as Infraestruturas, a Qualidade e o Apoio às Actividades Desportivas e de Lazer das Freguesias do Concelho de Loulé

Freguesias	Infraestruturas, Qualidade e Apoio às Actividades Desportivas e de Lazer													elevada qualidade das actividades	As actividades são apoiadas pela autarquia	
	Infraestruturas de apoio existentes															
	Campo de futebol	Piscinas da autarquia	Ginásio	Complexo Desportivo Polivalente	Paisagens campestres	Polidesportivo	Salas apropriadas	Salão de festas	Salão Nobre da Casa do Povo	Parque desportivo de Parragil	Parque desportivo V. Judeu					
Almancil	*		*													*
Alte	*							*								*
Ameixal	*							*								*
Benafim	*			*												*
Boliqueime	*		*		*										*	*
Quarteira	*		*												*	*
Querença	*			*										*	*	*
S. Sebastião	*	*								*				*	*	*
S. Clemente	*	*	*	*											*	*
Salir	*	*	*	*											*	*
Tôr	*					*					*				*	*
Total	11	3	5	5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	7	11	

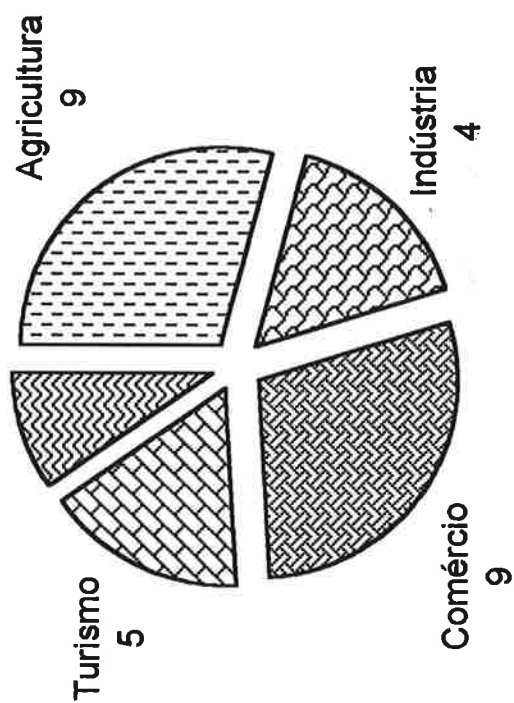
O inquirido não respondeu à questão em causa
 Fonte: Inquérito de elaboração própria (I). Ver anexo (II)

Quadro XI - Manifestações de Preocupação da População com o Ambiente e Iniciativas de Sensibilização Tomadas pelas Autarquias no Concelho de Loulé

Freguesias	Manifestações de Preocupação e Iniciativas em Relação ao Ambiente											
	Manifestações de preocupação com o ambiente por parte da população					Iniciativas de sensibilização tomadas por parte da freguesia e/ou C.M. de Loulé						
	Assistência a reuniões realizadas na freguesia	Ações de limpeza de praias e pinhais	Abaixo assinados	Manifestações	Denúncia dos aspectos negativos para o ambiente	Individualmente	Reuniões	Folhetos	Ações de Esclarecimento	Ações de limpeza	Ações de sensibilização no terreno, envolvendo as escolas e empresas privadas	Passeios
Almancil						*	*	*	*		*	
Alte					*			*	*			
Ameixal					*			*				
Benafim							*	*				
Boliqueime			*	*			*	*	*			*
Quarteira		*							*	*		
Querença					*		*					
S. Sebastião					*		*					
S. Clemente					*		*	*	*			
Salir	*							*	*			
Tôr					*		*	*	*			
Totais	1	1	1	1	6	1	6	8	6	1	1	1

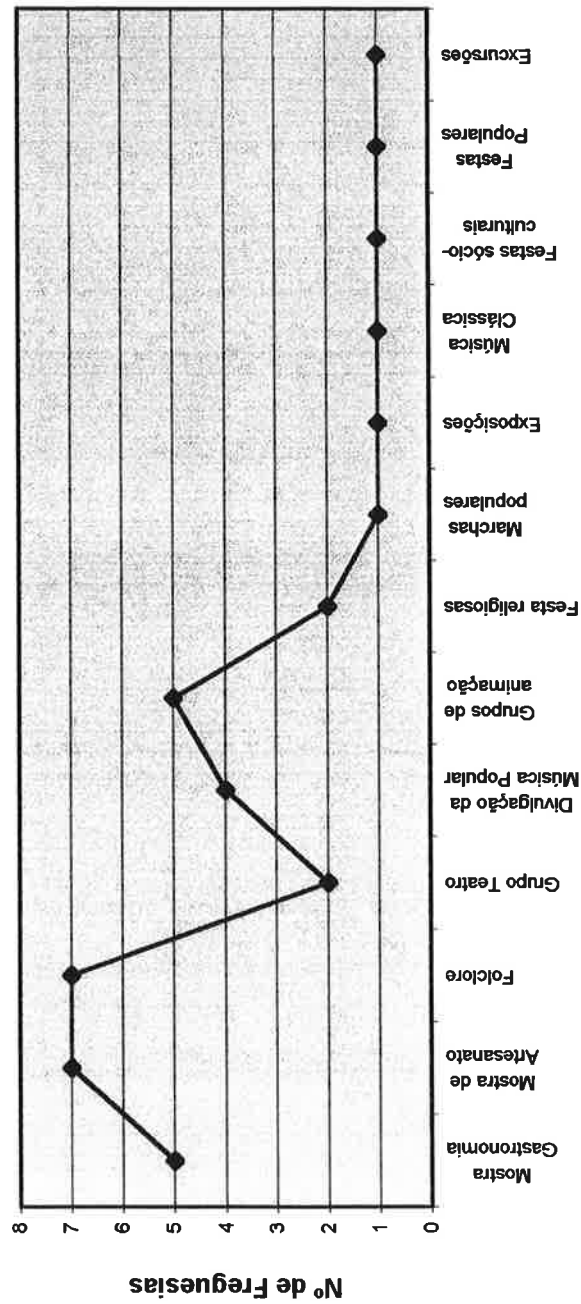
O inquirido não respondeu à questão em causa
 Fonte: Inquérito de elaboração própria (I). Ver anexo (II)

Gráfico I
Actividades Económicas de que Dependem as Freguesias do
Concelho de Loulé
Serviços 3



Fonte: Inquérito de elaboração própria (VI). Ver anexo (II)

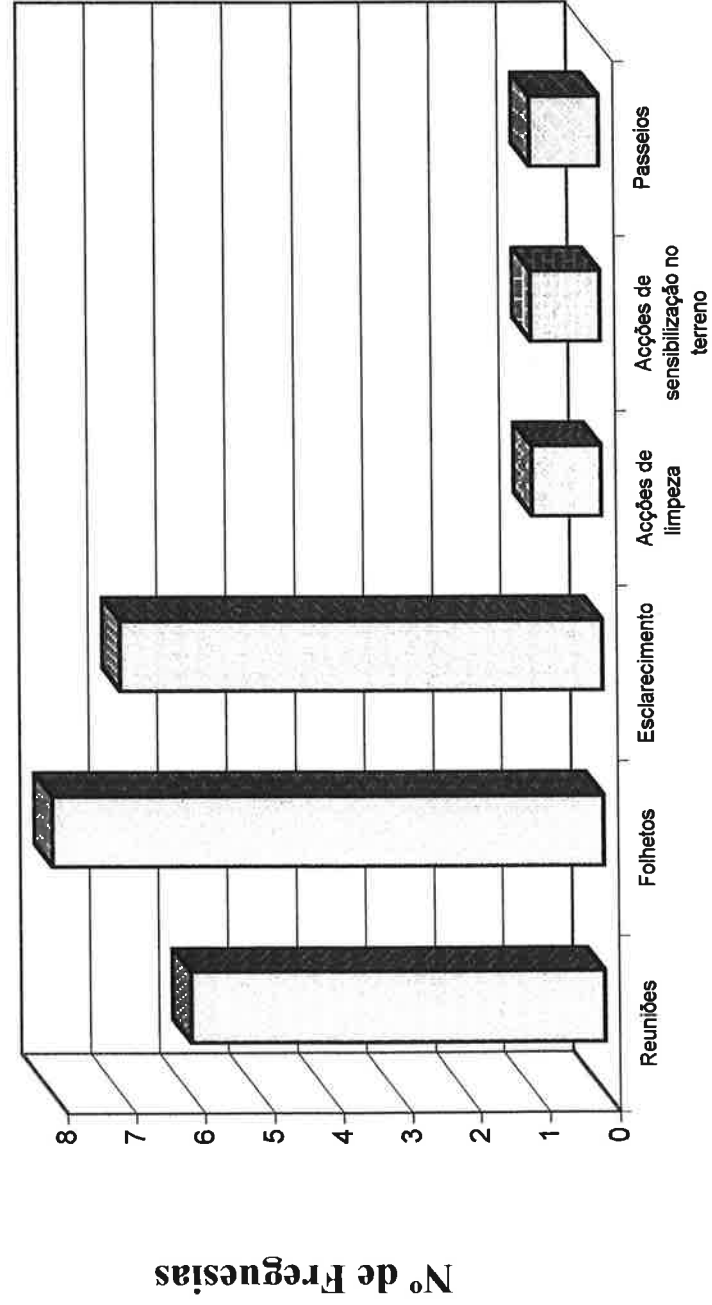
Gráfico II
Actividades Culturais Locais Apontadas pelas Juntas de Freguesia do
Concelho de Loulé



Actividades Culturais

Fonte: Inquérito de elaboração própria (I). Ver anexo (II)

Gráfico III
Iniciativas Promovidas pelas Autarquias para Sensibilização da
População para Questões Ambientais no Concelho de Loulé



Acções de Sensibilização

Fonte: Inquérito de elaboração própria (I). Ver anexo (II)

Quadro síntese das respostas "Serra no concelho de Loulé"

Questões	1- Quais são os espaços naturais considerados como áreas protegidas no concelho de Loulé?	2- Qual a legislação que regulamenta as áreas protegidas?	10- Qual o nível de interesse turístico de um espaço natural?		11- A zona envolvente do espaço natural é:	12- Que serviços de restauração estão disponíveis?					13- Que serviços de alojamento estão disponíveis?			14- Que outras infraestruturas de apoio turístico estão disponíveis?	
			Potencialmente próxima	Distante		Moderadamente atractiva	Vulgar	Adequados	Básicos	Inexistentes	Variados e confortáveis	Adequados	Primários		Inexistentes
Áreas Naturais Protegidas															
1- Parque Natural da Ria Formosa	B. Parte correspondente à zona de "Fundo de Saco" da zona lagunar, zona poente - A	Decreto-Lei nº 373/87 de 9 de Dezembro que enquadra a classificação das áreas de 23 de Janeiro - A			A- Garantida pela cintura de mata de pinhal que envolve a Ria Formosa e pelo recorte da costa, a poente.	B			A- Inclusiva nas praias de Ancão e Garrão, B			A	B		A- Campos de golfe; equipamentos de animação; (marina de Vilamoura - está fora da área protegida). B- Não resposta.
2- Sítio Classificado da Fonte Benémola	A B	Decreto-Lei nº 392/91 de 10 de Outubro - I			B a)			a)	B			a)	B		a)
3- Sítio Classificado da Rocha da Pena	A B	Decreto-Lei nº 392/91 de 10 de Outubro - I			B a)			a)	B			a)	B		a)
4- Outras áreas de interesse para a conservação da Natureza		A legislação que enquadra a Rede Natura de 24 de Abril que transpõe para o d.º directivas 79/409/CEE (directiva aves) e 92/43/CEE (directiva habitats) - A (a executar à escala adequada) - Loulé													
4.1- Sítios do Barrocal (Rede Natura)	A														
4.2- Sítios da Serra do Caldeirão (Rede Natura)	A														

Legenda: Instituições Inquiridas: A- Direcção Reg. ambiente e C. Ordenamento do Território; B- Parque Nat

Fonte: Inquérito de Elaboração Própria(III). Ver anexo (II)

Questões	1- Quais são as únicas áreas naturais consideradas áreas protegidas no concelho de Loulé?		2- Qual a legislação que regulamenta essa definição de áreas protegidas?		3- Tem presença?		7- A forma destas infraestruturas liga com a função pretendida? (Por ex. há algo para visitar?)			8- As infraestruturas estão de acordo com o estilo da zona envolvente?			
	A	B	A	B	Observações	Sim	Não	Observações	Sim	Não	Não resposta	Observação	
Áreas Naturais Protegidas													
1- Parque Natural da Ria Formosa	A	B	Decreto Lei nº 373/87 de 9 de Dezembro - B ; Legislação que enquadra a classificação das Áreas Protegidas: D.L. 19/93 de 23 de Janeiro - A		A capacidade está a ser avaliado no âmbito do Plano de Ordenamento da Ria Formosa contém aval capacidade e idem para classificados -		A	B	A- Refere que as pessoas procuram essencialmente a zona balnear e a acomodação existente.	A	B		
2- Sítio Classificado da Fonte Benémola	A	B	Decreto Lei nº 392/91 de 10 de Outubro - B						B- Refere que em 2) não há infraestruturas.				B- Refere que em 2 não há infraestruturas a)
3- Sítio Classificado da Rocha da Pena	A	B	Decreto Lei nº 392/91 de 10 de Outubro - B						B- Refere que em 3) não há infraestruturas.				B- Refere que em 3 não há infraestruturas a)
4- Outras áreas de interesse a conservação da natureza - Rede Natura:			Rede Natura D.L. nº 140/99 de 24 de Abril - A										
4.1- Sítios do Barrocal	A	B											
4.2- Sítios da Serra do Caldeirão	A	B	Rede Natura D.L. nº 140/99 de 24 de Abril - A										

Legenda: Instituições Inquiridas: A- Direcção Reg. Ambiente e Ordenamento do Território

Fonte: Inquérito de Elaboração Própria (IV). Ver anexo (II)

m mencionadas pelas Instituições por falta de aplicação.

9- A localização das construções respeita a preservação das árvores e minimiza o seu corte?				10- Os edifícios são compatíveis com a zona envolvente?				11- Os materiais utilizados estão dentro de áreas protegidas?				17- Os requisitos de manutenção das áreas naturais foram considerados. De que forma?				
Sim	Não	Não resposta	Observação	Sim	Não	Não resposta	Observação	Sim	Não	Não resposta	Observação	Sim	Não	Não resposta	De que forma?	Observação
A	B		A- Depende dos empreendimentos turísticos.	A	B			A	B			A	B		A- Através da necessidade de cumprir regulamentos.	A- A parte da Ria Formosa incluída no concelho de Loulé é das mais bem conservadas. Contudo, há um sector muito alterado correspondente aos limites de divisão dos concelhos de Faro e Loulé em função do nº elevado de construções que estão implantadas no cordão dunar.
		B ?*	a)			B ?*	a)							B		
			a)				a)							B		

Legenda: Instituições Inquiridas: A- Direcção Reg. Ambiente e Ordenamento do Território; B- ...

Fonte: Inquérito de Elaboração Própria (IV). Ver anexo (II)

...ionadas pelas Instituições por falta de aplicação.

Quadro síntese das respostas ao Inquérito V

“Avaliação do impacto ambiental do turismo no concelho de Loulé”

(Globalmente para o concelho ou quando possível referenciado a zonas específicas)

Avaliação do impacte					
1) Todo o concelho de Loulé <input type="checkbox"/> 2) Área de Serra <input type="checkbox"/> 3) Área de Litoral <input type="checkbox"/> 4) Ria Formosa <input type="checkbox"/>					
Tipo de impacte	Sem impacte	Menor impacte	Impacte moderado	Impacte sério	Observações
Qualidade do ar	IV – 2) III – 4)	I – 3)	II – 1)		II – Centros Urbanos
Qualidade da água de superfície	IV – 2)		I – 3) II – 1) III – 4)		
Qualidade da água de profundidade	IV – 2)		I – 3) II – 1) III – 4)		
Tráfego viário	IV – 2)		III – 4) IV – 2) II – 1)	I – 3)	II – Principais acessos de Loulé, Quarteira e Vilamoura
Níveis de ruído	IV – 2)		III – 4) IV – 2) II – 1)	I – 3)	II – bares de Quarteira e Vilamoura
Sistema de remoção de resíduos sólidos		IV – 2) III – 4)	II – 1)	I – 3)	
Relação com a paisagem	IV – 2)		IV – 2) III – 4)	I – 3) II – 1)	
Vegetação Natural – Flora	IV – 2)		IV – 2) III – 4)	I – 3) II – 1)	
Vida selvagem animal – Fauna	IV – 2)		IV – 2) III – 4)	I – 3) II – 1)	
Outros. Quais? Desertificação.		IV – 2)			

Legenda – Instituições inquiridas:

I) “Almargem”; II) C.M.Loulé; III) D.R.Ambiente; IV) “In Loco”

Fonte: Inquérito de Elaboração Própria. (V). Ver anexo II

QUADRO

Questões	Há variações nos níveis de tolerância durante eventos especiais? (questão 20).			Há o desejo de modificar o comportamento dos turistas (questão 21).			Se sim, com o quê? (questão 22).	Como é que os residentes locais se podem consciencializar e educar sobre as relações entre turismo sustentável, ambiente e comunidade? (questão 26).				
	Sim	Não	Não responde	Sim	Não	Não responde		Com campanha de informação e sensibilização	Com adaptação entre as partes	Iniciativas de sensibilização/ experiências práticas	Cooperação entre entidades oficiais e cidadãos/ colectividades	Não responde
Freguesias												
1- Salir	*				*			*				
2- Quarteira			*	*			*		*			
3- Almancil		*				*				*		
4- Boliqeime		*			*						*	
5- Tor	*				*						*	
6- Querença		*			*				*			
7- Ameixial			*			*					*	
8- Alte	*			*				*			*	
9- Benafim			*			*					*	
10- S. Clemente	*				*				*			
11- S. Sebastião	*				*				*			
Total	5	3	3	2	6	3	2	1	4	1	5	

a) considerou-se a resposta "As populações não se sentem à vontade

Fonte: Inquérito de elaboração própria (VI). Ver anexo (II)

Freguesias	Que infraestruturas de transporte e serviços estão disponíveis? (Questão 40-A- Transportes)											Que infraestruturas de transporte estão disponíveis? (Questão 40-B- S)					como podem ser obtidos? (Questão 46-A-					Se não, como podem ser obtidos? (Questão 46-B- Segurança Pública)				
	Bons transportes públicos Os transportes públicos são gratuitos ou com horários inadequados	Apenas a rede normal de autocarros, táxis e carros de aluguer	Frazzíveis	Nenhuns	Não resposta	Fracos Serviços	Alguns Serviços	Comércio bem servido: " delegações da Junta no meio rural	Serviços de Restauração	Nenhuns	Citação de mais centros médicos nos municípios	Complementaridade do serviço de saúde pública e privada	De forma concertada com instituições e Profissionais do Sector	Não se aplica	Não responde	Fletores a Loufe	De forma concertada com as instituições e Profissionais dos	Através de investimentos por parte das entidades competentes	Mais policiamento/ patrulhamento	Não se aplica	Com criação de Posto de G.N.R.	Não resposta				
1- Salir	*					*									*											
2- Quarteira																						*				
3- Almancil		*										*				*						*				
4- Boflqueime	* (Comboio e autocarros									*							*					*				
5- Tor		*												* var posto no Inquérito			*					*				
6- Querença		*																				*				
7- Ameixial					*									*								*				
8- Alte																						*				
9- Benafim		* (1º carrinho da Junta)											*									*				
10- S. Clemente				*							*											*				
11- S. Sebastião	*							*		* Também com intermédio no C. Saúde de Loulé e recuperação dos estabelecimentos							*					*				
Total	1	4	3	1	1	1	1	2	1	1	1	1	2	2	1	1	1	2	3	1	2					

Fonte: Inquérito de elaboração própria (VI). Ver anexo (II)

Em S. Sebastião:

- a) Na Zona Rural falta cobrir Vale Judeu e Parragil com água e esgotos.
- Na Zona Urbana falta cobrir a Urbanização da Piedade com água e esgoto
- b) O Centro de Saúde apenas funciona de dia.
- c) Há um Centro Médico no Monte Seco (Zona Rural) uma vez por semar

NOTA: O critério nas questões que envolviam 2 perguntas foi quando exi

Quadro Síntese B –Inquérito VI – Capacidade de Carga: Questões para Discussão
 Aplicado a Instituições com Incidência no Concelho de Loulé

Questões	Factores Ecológicos (I)																		
	Qual a proporção da área turística no Conc. de Loulé (quest.1)			Qual é a dimensão da área a ser ainda desenvolvi da para este fim? (quest.2)		Que espaço disponível para uso pelos turistas? (quest.3)			Há limitações Sazonais? (quest.4)				Que modificações podem melhorar o uso do espaço? (quest.5)		Que prejuízos Ecológicos podem ser potenciados? (quest.6)				
Instituições	Não sabe	600 ha	Não sabe	Resposta não conclusiva	Não responde	Resposta não conclusiva	100%	Não responde	Não	Limitações climáticas	Não há limitações em termos de espaço	Não em termos climáticos, a região tem um Inverno ameno e um Verão prolongado	Devia haver	Não responde	Não responde	Beneficiando dos espaços naturais como factor de atracção turística	Não responde	Desrespeito pelos valores ambientais e paisagísticos e ordenamento biofísico ocasionado pela intensificação urbanística	Não responde
Associação Almarginem	*			Resposta não conclusiva		Resposta não conclusiva			*	*	*			*			*		*
Câmara Municipal de Loulé			*		*			*					*		*		*		*
Direcção Regional do Ambiente			*		*			*				*			*		*		*
Parque Natural Ria Formosa		*					*		*				*		*		*		*

Fonte: Inquérito de elaboração própria (VI). Ver anexo (II)

Quadro Síntese B –Inquérito VI – Capacidade de Carga: Questões para Discussão
 Aplicado a Instituições com Incidência no Concelho de Loulé

Questões	Factores Ecológicos (2)																
	Qual a fragilidade dos solos? (quest.7.1)			Da vida vegetal (quest.7.2)			Da vida animal (quest.7.3)			Outras características geológicas (quest.7.4)							
Instituições	No interior poderá haver erosão	No Litoral não há fragilidade	O solo na orla costeira é caracterizado por areias e cascalheiras, susceptível à erosão uma vez desprovido do coberto vegetal natural –seu suporte	Muito frágil no caso do sistema lagunar da Ria Formosa	Não responde	A biodiversidade pode ser afectada pela actividade turística	Espécies de sensíveis à presença humana (vegetação dunar e subarbustica de pinhal)	Muito frágil	Não responde	A biodiversidade pode ser afectada pela actividade turística	Comunidades aquáticas sensíveis (bivalves, avifauna aquática e marinha)	Muito frágil	Não responde	Nas falésias a actividade turística tem sido factor negativo (ex. Vale de Lobo)	Sensibilidade geológica sedimentar das ilhas – barreira das dunas	Dunas muito frágeis	Não responde
Associação Almargem	*	*				*								*			
Câmara Municipal de Loulé					*								*				*
Direcção Regional do Ambiente			*				*								*		
Parque Natural Ria Formosa				*				*				*				*	

Fonte: Inquérito de elaboração própria (VI). Ver anexo (II)

Quadro Síntese B – Inquérito VI – Capacidade de Carga: Questões para Discussão
 Aplicado a Instituições com Incidência no Concelho de Loulé

Questões	Factores Ecológicos (4)										Como é que o conflito entre usos competitivos pode ser minimizado? (quest.17)														
	Atendendo à sua fragilidade, que locais deviam ficar resguardados dos turistas? (quest.13)					Atendendo à sua fragilidade, que locais deviam ficar disponíveis só para uso limitado? (quest.14)					Quem tem ou deveria ter a responsabilidade para assegurar que a infra-estrutura é apropriadamente construída para a capacidade de carga dos recursos turísticos? (quest.15)					Será que um aumento dos visitantes afectará o comportamento da vida animal e/ou vegetal? (quest.16)									
Instituições	Algumas áreas do interior nomeadamente grutas com interesse	Sapal	Estreos da Ria Formosa	Cristas Dunares	Não responde	Antes era Direcção de C.C.R.A.	* Ordenamento que estava na	Administração Central e Local em articulação com os empreendedores turísticos	Direcção Geral do Turismo e quem detém a responsabilidade	O Instituto de Conservação da Natureza devia ter	Não responde	Sim	* Na costa já afecta e tende a agravar	* Os ecossistemas são frágeis e não comportam mais do que um limite de visitantes	* O aumento de empreendimentos turísticos e infraestruturas associadas	* Não responde	* Analisando caso a caso	* Há casos aparentemente competitivos, mas com boa vontade se resolvem	* A.C.M.L. limita-se a assistir ou facilitar a vida de uma das partes	* Optando por privilegiar o uso com menos efeitos negativos sobre o ambiente	* Com regras de utilização do espaço	* Não responde			
	Associação Almargem	*										*				*	*					*			
	Câmara Municipal de Loulé		*			*										*									
	Direcção Regional do Ambiente	*	*	*	*	*						*			*				*						
	Parque Natural Ria Formosa											*											*		

Fonte: Inquérito de elaboração própria (VI). Ver anexo (II)

Quadro Síntese B – Inquérito VI – Capacidade de Carga: Questões para Discussão
 Aplicado a Instituições com Incidência no Concelho de Loulé

Questões	Factores Relacionados com infraestruturas										Se não como podem ser obtidos? (quest.46)			
	Que facilidades de transporte e serviços estão disponíveis? (quest.40)	Estão os sítios turísticos em desenvolvimento acessíveis pela existência de serviços de transporte? (quest.41)	Se não como podem ser obtidos (quest.42)	Os serviços básicos incluindo água, energia, esgotos..., estão disponíveis e são adequados ao uso projectado(quest.43)	Senão como podem ser obtidos? (quest.44)	As provisões para os serviços de saúde e de segurança pública são adequados? (quest.45)	Se não como podem ser obtidos? (quest.46)							
Instituições	Nenhumas	Não	Não responde	Não	Há subdimensionamento e falta de capacidade da rede	* Não há planeamento correcto e o equilíbrio é rompido	As infraestruturas têm vindo a ser melhoradas e os projectos com concretização próxima	Não responde	A largando a cobertura destes serviços	Não responde	Não há planeamento correcto e o equilíbrio é rompido	A segurança é problemática por exemplo nas cidades	Muitas vezes se recorre a segurança privada	Não responde
	* Há dificuldades de transportes nomeadamente para o interior	* Não responde	* Não responde	* Não responde	* Não	* Não há planeamento correcto e o equilíbrio é rompido	* As infraestruturas têm vindo a ser melhoradas e os projectos com concretização próxima	* Não responde	* Alargando a cobertura destes serviços	* Não responde	* Não	* Não há planeamento correcto e o equilíbrio é rompido	* A segurança é problemática por exemplo nas cidades	* Muitas vezes se recorre a segurança privada
Associação Almarginem	*			*					*				*	*
Câmara Municipal de Loulé				*					*					*
Direcção Regional do Ambiente				*			*							*
Parque Natural Ria Formosa				*										*

Fonte: Inquérito de elaboração própria (VI). Ver anexo (II)

TRATAMENTO QUALITATIVO DOS DADOS DO INQUÉRITO VII -

Instituições	I) A.C.R.A.L. - Associação de Comerciantes da Região do Algarve	II) A.E. Associação da Empresarial da Região do Algarve	IX) NERA - Núcleo da Empresarial da Região do Algarve	X) R.T.A. - Região de Turismo do Algarve
Questões				
1- Identifique os respectivos papéis dos sectores público e privado e de quaisquer outras organizações e associações para desenvolver o turismo no concelho de Loulé.	<p><u>S.Público:</u> Cabe-lhe regulamentar, criar condições ao nível de qualificação de esforços urbanos, adequar às acessibilidades, gerar condições de segurança às pessoas e bens. <u>S.Privado</u> Cabe-lhe a criação de estruturas de acolhimento diversificadas e com qualidade, nomeadamente ao nível da oferta dos diversos serviços.</p>		<p>ismo; ação; No concelho de Loulé, para além do NERA de âmbito regional, existe a Associação de Empresários de Almandil, a Associação de Empresários de Quarteira como entidades do sector privado que podem e devem contribuir para o desenvolvimento do turismo no concelho. Em termos concelhios, ao nível do sector público, a C.M.L. com os postos de turismo distribuídos para algumas sedes de freguesia pode e deve ser parceiro importante no desenvolvimento do turismo. Destaque ainda para no sector público, o Instituto Afonso III em Loulé e a Escola Profissional Cândido Guerreiro em Alte.</p>	<p>Há 2 objectivos principais: contornar a sazonalidade e implementar o turismo sustentável aplicando a agenda XXI ao Algarve com articulação entre os dois tipos de entidades. Implementar o projecto com sensibilização (envolvendo toda a gente). As entidades têm que colaborar para fazer a simbiose final.</p>
2- Existe na sua zona regulamentação que controle o uso da terra e os padrões de desenvolvimento local e regional. Qual?	<p>Loulé criou em devido tempo, a nível da Autarquia local, uma figura comum a todo o país reguladora de desenvolvimento denominado P.D.M..</p>		<p>IC'S; No concelho de Loulé, existe para além da RAN, da REN, o PDM em vasto território proposto para classificação na rede Natura 2000.</p>	<p>P.D.M. em termos de uso e controle da terra. O PROTAL (para o Algarve) está em fase de avaliação.</p>
3- Se o concelho de Loulé tem regulamentação de zonas, ela é adequada ao desenvolvimento turístico ou necessita ser modificada? Como poderá ser modificada?	<p>Esse elemento regulador é essencialmente um instrumento base de ordenamento dos espaços. Não é um conceito acabado sobre o futuro mas um elemento em evolução que carece ele próprio de adaptação e rectificação face a novas realidades de desenvolvimento. As alterações carecem de consenso político e a discussão nos órgãos desejável.</p>		<p>a Não responde.</p>	<p>Necessita ser modificada. O próprio P.D.M. está em fase de revisão. Por exemplo para implementar o Parque das Cidades e para alterar tem que se ouvir as pessoas mas conciliar as coisas.</p>
4- Que requisitos legais é que se aplicam no concelho de Loulé aos hotéis, restaurantes e a Viagens desde a sua implementação ao seu funcionamento?	<p>Entendendo esta questão como estritamente técnica, remete a recolha desses elementos para os organismos respectivos.</p>		<p>gor Não responde.</p>	<p>A legislação mudou e as Câmaras terão mais competência.</p>

Fonte: Inquérito de elaboração própria (VII). Ver anexo (II)

TRATAMENTO QUALITATIVO DOS DADOS DO INQUÉRITO

Instituições	I) A.C.R.A.L. - Associação de Comerciantes da Região do Algarve	II) D.R.M.E. - Direcção Regional do Ministério da Região do Algarve	IX) NERA - Núcleo Empresarial da Região do Algarve	X) R.T.A. - Região de Turismo do Algarve
5- Que tipos de regulamentação ou licenciamento se aplica ao desenvolvimento turístico?	O concelho de Loulé é um dos mais importantes turisticamente. Tem no seu seio importantes empreendimentos nesta área como: Vale do Lobo; Qta. Lago; Vilamoura. Depreende-se que tem que possuir regras que balizem a implementação desses projectos.	ente nos PDM e outros mas de olvimento local.	Não responde.	Os P.D.M. prevêm áreas de desenvolvimento turístico e cabe às Câmaras e Privados fazer ocupação das áreas.
6- O concelho de Loulé tem um programa de acção ou de desenvolvimento através do qual projectos turísticos possam ser integrados?	Apesar de, o concelho ser muito forte quer em quantidade quer qualidade de empreendimentos turísticos, verifica-se grandes assimetrias quanto à sua implementação. Para um desenvolvimento harmonioso do sector, é imperativa a aposta no turismo de interior potenciador das suas riquezas: paisagísticas, ambientais; gastronómicas e culturais.		Não responde.	P.O.O.C. - Plano de Ordenamento da Orla Costeira que é definido e da responsabilidade do Ministério do Ambiente. O Algarve vai ser abrangido por três: Vilamoura/ V.R.S.A. (não aprovado); Sines/ Burgau (aprovado); Burgau/ Vilamoura (aprovado).
7- Que tipos de projectos de turismo e outras acções considera necessários para ser incluídos num programa para o desenvolvimento turístico na sua zona?	O turismo nasce no concelho e no Algarve, em geral, de uma forma espontanea, pouco ou nada planeado, ao sabor do excepcional clima e qualidade da nossa costa. Atendendo a esse factor de espontaneidade é evidente que o desenvolvimento não teve em conta questões que assumem nos tempos de hoje uma grande importancia como sejam a opinião das pessoas e o equilibrio ambiental.	o e Promoção/ Formação.	O turismo deve ser visto como o sector mais importante do concelho e por isso capaz de contribuir directa e indirectamente para o desenvolvimento dos sectores a montante e a jusante. Até hoje não existiu uma ligação forte entre o turismo e os outros sectores mais débeis como a agricultura e as pescas.	Combate à sazonalidade implica desenvolvimento de outros produtos alternativos (Ex. Turismo de Natureza) e Loulé tem potencialidades e sem ferir o ambiente é preciso haver um Plano de Desenvolvimento Turístico para o concelho integrado no Plano Global.

Fonte: Inquérito de elaboração própria (VII). Ver anexo (II)

TRATAMENTO QUALITATIVO DOS DADOS DO INQUÉRITO V

Instituições	I) A.C.R.A.L. - Associação de Comerciantes da Região do Algarve	II) A.E. - Direcção do Ministério da	(X) NERA - Empresarial da Região do Algarve	(X) R.T.A. - Região de Turismo do Algarve
<p>Questões</p> <p>8- Que projectos de turismo no concelho de Loulé foram desenvolvidos de acordo com uma abordagem sistemática de projecto de desenvolvimento incluindo análise de sensibilidade ambiental e social?</p>	<p>Todos os projectos, sobretudo os mais antigos, foram confrontados mais tarde com problemas de ordem ambiental, que acabaram por ser melhor ou pior solucionados, não sem antes terem causado custos ambientais que a todos nos afectaram. Exemplo concreto eram os nossos rios e mar, até há bem poucos anos, com receptáculos de esgotos e lixos domésticos, sendo ainda possível constatar tal facto em algumas situações. Projectos bem conseguidos são os que à partida contemplem mecanismos que obstem a perturbações, quer nas pessoas quer no meio</p>	<p>de.</p>	<p>Não responde.</p>	<p>Não tem acontecido.</p>
<p>9- Há alguns projectos que não tiveram adequada análise de sensibilidade e que estão agora a criar problemas ou de que alguma forma não são bem sucedidos?</p>	<p>É a favor de situações que passem pela cooperação e diálogo que visem atingir objectivos comuns é céptico quanto à proliferação de instituições porque considera que criar entidades redundam normalmente em ineficácia e inoperacionalidade.</p>	<p>e.</p>	<p>Não responde.</p>	<p>Lixeiras; Projectos de Urbanismo que não estão enquadrados. (Urbanismo dos anos 50/60).</p>
<p>10- Pensa que o estabelecimento de uma cooperação para um desenvolvimento integrado no concelho de Loulé seria uma necessária e desejável abordagem para desenvolver projectos turísticos?</p>	<p>É a favor de situações que passem pela cooperação e diálogo que visem atingir objectivos comuns é céptica quanto à proliferação de instituições porque considera que criar entidades redundam normalmente em ineficácia e inoperacionalidade.</p>		<p>Sim.</p>	<p>Sim, como via muito desejável.</p>
<p>11- Se sim, porque esta seria uma boa abordagem?</p>	<p>Não responde.</p>	<p>de um melhor o do QCAIII, a duplicação de</p>	<p>Cada vez mais o turismo tem de ser visto como mola impulsora do desenvolvimento de concelho mas ao mesmo tempo, deve ser a actividade potenciadora dos outros sectores.</p>	<p>Porque não se pode pensar em desenvolvimento com acções pontuais. Tem que haver projectos mais sustentáveis. Precisamos de desenvolvimento.</p>

Fonte: Inquérito de elaboração própria (VII). Ver anexo (II)

TRATAMENTO QUALITATIVO DOS DADOS DO INQUÉRITO VII

Instituições	I) A.C.R.A.L. - Associação de Comerciantes da Região do Algarve	II) A. Emp. Algarve	Direcção Regional da Indústria e Comércio do Algarve	IX) NERA - Núcleo Empresarial da Região do Algarve	X) R.T.A. - Região de Turismo do Algarve
<p>Questões</p> <p>12- Baseado nos objectivos de desenvolvimento turístico do concelho e nas atracções existentes, que tipos de mercados turísticos seria apropriado promover?</p>	<p>Era fundamental que se afastassem os horizontes da procura. Somos um destino dependente de um mercado limitado e é de interesse crucial que se clarifique a nossa capacidade de cativar outros mercados, nomeadamente Países do Norte da Europa, Ásia e América do Norte.</p>		<p>dever-se-á</p> <p>Para além do nicho de mercado principal do concelho de Loulé baseado no sol e praia, pensamos que o turismo desportivo de alta competição, a aposta em desportos náuticos, bem como a cinegética, são potencialidades do concelho que importa reforçar. Também o turismo de interior baseado na paisagem e na gastronomia local são ou devem ser factores de atractividades.</p>		<p>Os Mercados Tradicionais já conhecem. Isso compete ao I.C.E.P. - Instituto de Comércio Externo de Portugal e não à R.T.A. O I.C.E.P. tem por missão promover Portugal no mercado externo e a R.T.A. deve divulgar internamente para divulgar a agenda XXI.</p>
<p>13- Há nichos de mercado especiais que o concelho possa atrair?</p>	<p>O estágio de desenvolvimento estrutural existente no concelho é limitativo de acontecimentos relevantes. A sede de concelho, Loulé, é desde há largos anos uma cidade adormecida. Num contexto de desenvolvimento futuro tem todas as condições para liderar o Algarve. Para que tal aconteça, carece de: Infraestruturas desportivas ao nível da formação em todas as modalidades; Requalificação urbana que permita o desenvolvimento e afirmação do comércio local e a fixação das populações; Relançamento das indústrias baseadas na transformação dos produtos tradicionais como o figo, a amêndoa, a alfarroba, o mel e o medronho; Apoio ao relançamento das actividades artesanais, como o tratamento do cobre, do barro, das empreitas, etc.;</p>	<p>soas com eficiência</p>	<p>Não responde.</p>		<p>Há. No desenvolvimento do turismo sustentável há que procurar mercados especiais: Golfistas; desportistas,...</p>
<p>14- O concelho de Loulé tem em desenvolvimento algum programa de marketing turístico?</p>	<p>Tem conhecimento no âmbito da autarquia local, do desenvolvimento de acções pontuais de promoção, nomeadamente um pavilhão itinerante presente em feiras, exposições, vídeos e folhetos promocionais do concelho. Trata-se de acções superficiais, pouco ambiciosas, logo insuficientes face ao que seria de esperar, para um concelho com fortes potencialidades de oferta.</p>		<p>Não responde.</p>		<p>Julga que não porque tem havido planeamento das coisas.</p>
<p>14-A- Se sim, considera que ele representa uma abordagem sistemática ao marketing?</p>			<p>Não responde.</p>		<p>Não.</p>

Fonte: Inquérito de elaboração própria (VII). Ver anexo (II)

TRATAMENTO QUALITATIVO DOS DADOS DO INQUÉRITO VII - « A IM

Instituições	I) A.C.R.A.L. - Associação de Comerciantes da Região do Algarve	II) A.E.V. - Associação dos Empresários do Algarve	XI) R.T.A. - Região de Turismo do Algarve
Questões			
15- Como é que pode melhorar a abordagem de marketing turístico na sua área ou o que propõe como adequadas estratégias com definição de objectivos de marketing?	O País, que já se define por um espaço, geograficamente, ainda está dividido em regiões turísticas demarcadas quanto às suas especificidades o que pressupõe caber a essas entidades, gestoras dessas regiões turísticas, a elaboração de planos estratégicos de promoção de acordo com as sub-regiões da sua área. Logo, cabe à região de Turismo do Algarve, a tomada da dianteira, em consonância com as Divisões de Turismo de todas as autarquias, a elaboração de um Plano Global Regional de promoção turística, a partir do qual se deverão desenvolver planos locais, tendo em conta a realidade de cada concelho. Planos estes que deverão ser		Haver um Plano Estratégico que defina as regras do jogo. Definir estratégias e objectivos como fio condutor com orientações. Tem que começar por haver um levantamento da realidade vendo onde há problemas e estrangulamentos para adequar estratégia.
16- De que forma pode o poder local, regional, o Governo e o sector privado melhorar o seu apoio ao marketing turístico?	Forma mais objectiva de apoio será a afectação de recursos financeiros por fortes campanhas de promoção publicitária no estrangeiro, nomeadamente em latitudes até agora não exploradas e que podem ser fortes alternativas ao mercado tradicional.		Em primeiro lugar a sensibilidade para o problema e o apoio financeiro e logístico. Constituição de P.P.C. (Programas de Promoção Conjuntos) entre o sector público e o sector privado.
17- Há técnicas de promoção do turismo a ser aplicadas no concelho e, se há quais são?	O fenómeno turístico nasceu de forma não planeada e continua hoje sem definição de uma estratégia. Atendendo a que não temos política de Marketing orientada por alvos preferenciais, atraímos inevitavelmente o mercado de nível económico baixo e só excepcionalmente médio.		Para o concelho não conhece. Funciona tudo de forma desgarrada. Não havia qualquer estratégia. Promoviam-se às vezes produtos antes de criar condições.
18- Como é que avalia a efectividade das técnicas de promoção e materiais de informação a serem usados na sua zona?	Somos efectivamente deficitários em modos de acolhimento, nomeadamente: Falta de imposto de turismo em local visível e de acesso fácil e provido de vasta informação sobre o concelho. Roteiro turístico de todo o concelho. Sinalética orientadora dos locais de interesse turístico.		Na R.T.A. o material promocional era um pouco ultrapassado. É necessário adequar o material. Houve um estudo de imagem com novo logotipo e está a fazer-se um estudo sobre as necessidades de material promocional.
19- Que canais de distribuição serão efectivos para promover o turismo da sua zona?	Meios audiovisuais, nomeadamente Internet e TV. Ainda a presença em eventos de promoção turística, como feiras internacionais.		Há entidades com competências próprias. A R.T.A. tem um órgão próprio que inclui todas as Câmaras e compete-lhe fazer promoção e animação e no fundo às vezes há divergências que não se compreendem. A promoção deve ser abrangente da R.T.A. em colaboração com as Câmaras.

Fonte: Inquérito de elaboração própria (VII). Ver anexo (II)

TRATAMENTO QUALITATIVO DOS DADOS DO INQUÉRITO

Instituições	I) A.C.R.A.L. - Associação de Comerciantes da Região do Algarve	J.R.M.E. - Direcção Regional do Ministério da Economia	IX) NERA - Núcleo Empresarial da Região do Algarve	X) R.T.A. - Região de Turismo do Algarve
<p>Questões</p> <p>20- Que técnicas promocionais serão adequadas e realistas para aplicar no concelho de Loulé no presente e no futuro quando as atracções, facilidades e serviços forem melhorados?</p>	<p>Sobretudo as técnicas do audiovisual. Vídeos promocionais. Mas são importantes os métodos mais vulgares como: folhetos, posters e brochuras.</p>	<p>publicitários em Portugal estrangeiro.</p>	<p>Não responde.</p>	<p>Tem que haver interligação entre entidades.</p>
<p>21- Há oportunidade na sua zona de cooperação entre o sector público e o sector privado de um esforço conjunto de promoção turística?</p>	<p>É efectivamente esse o caminho. Como dirigente associativo entende que o futuro exige essas parcerias de cooperação. Mas como paradoxo é invariavelmente o sector público, leia-se o espaço político que por receio (imcompreensível) de perder o seu espaço de sobrevivência não está aberto a outras ideias.</p>	<p>que sim.</p>	<p>Sim. A cooperação entre o sector público e sector privado é decisiva na implantação de projectos turísticos mas também na manutenção e reforço desses projectos incluindo assim o marketing e a promoção turística.</p>	<p>Há e é oportuna. Na questão dos P.P.C. (Plano de Promoção Conjunta). Há um PPC de Vilamoura em cooperação entre a Lusotur, Região de Turismo e Câmara e aqui já há mais estratégia embora muito haja a melhorar. É um bom princípio.</p>

Fonte: Inquérito de elaboração própria (VII). Ver anexo (II)

Loulé

Questões		1- Há impactos ambientais significativos quer positivos, quer negativos ocasionados pelo turismo ou pelo crescimento geral no concelho de Loulé? Quais são?	2- Como é que os actuais impactos ambientais podem ser atenuados? Como é que podem ter sido prevenidos?	3- Foi feita uma sensibilização ambiental no concelho de Loulé? E no sistema escolar?	10A- Há sítios naturais protegidos no concelho?	10B- Se sim, há facilidades nesses sítios apropriadamente desenvolvidas ou controladas ou há melhoramentos que podem ser feitos?	
Freguesias	Positivos	Negativos					
I- Associação "Almargem"	Sim. Obtenção de benefícios económicos à custa do turismo.	Sim. Ocupação massiva e caótica. Falta de Planeamento e Ordenamento.	- Parando e reflectindo para dar tempo a que se façam estudos sobre o limite do turismo no concelho e no Algarve. Depois devem ocupar-se os espaços de uma forma consensual e sustentável. Com inteligência e bom senso não se teria chegado ao ponto de hoje.	Não, e legislação avaliativa P.D.M.	o concelho não há. A Divisão de Ambiente da Câmara só há pouco começou a funcionar e tem a ver com aspectos muito específicos e resíduos sólidos. No sistema escolar só há acções pontuais, situa um Plano Reg. Educ. que reúne os vários parceiros que trabalham no Ambiente.	Benémola (Gruta); R. Pena; Choitos (Alte); Alto Fica (Banafim, Estão classificadas num Plano Nacional de Conservação. A Rede Natural engloba as 4 áreas. Uma parte da Ria Formosa.	O Centro Ambiental da Pena foi criado para dar apoio aos sítios classificados. Não há outras estruturas de apoio. Há percursos pedestres instalados com folhetos. Não tem havido investimento.
II- Associação "Lobos"	- Não responde.	- Sim. As infraestruturas existentes estão montadas de determinada densidade populacional. No Verão com o aumento da população as infraestruturas não conseguem responder às necessidades.	- Com redimensionamento das infraestruturas (ETAR'S; ETA'S; Estações de recolha e tratamento de lixos; estradas, ...) e Sensibilização das boas práticas dos cidadãos.	Considero, que saiba. Contudo, é dos concelhos mais limpos e com mais cuidados. No sistema escolar há escolas que estão a receber tções de sensibilização.	Sim.	Podem sempre ser feitos melhoramentos.	
III- C.C.R. Algarve	Ex	Há sempre impactos quando o homem intervém. No concelho de Loulé isso deve-se à pressão da ocupação humana e ao enorme fluxo de visitantes. Os impactos podem ser tipificados de acordo com os recursos pressionados: litoral, solos agrícolas, água e aquíferos, vegetação natural, infraestruturas variadas, etc.	O nível de stress a que são submetidos os diversos recursos naturais pressionados pela população residente e flutuante varia. Para cada caso poderá haver diferentes soluções e diferentes dos restantes casos. As intervenções maiores no tempo obrigam a avaliações de impacto ou acompanhamento por parte das entidades com tutela destes domínios. Muitas azeiteira se fez ou se faz. Contudo, a preocupação de minimizar a intervenção está presente nas atitudes dos promotores que compreenderam que sem a valia ambiental os restantes produtos tendem a definhir.	Sempre estudo, Ministério da Educação e algumas escolas desenvolvem programas nesse domínio.	Ria Formosa; Rocha da Pena; Fonte da Benémola; Amendoeira.	É uma intervenção necessária para preservar o essencial.	
IV- C.M. Loulé	- Não responde.	- Não responde.	- Não responde.	Apenas está em desenvolvimento.	Sim.	Estão a ser efectuados melhoramentos.	
V- Reg. Ambiente	Dotação de equipamentos e infraestruturas de interesse não só para o turismo como para a população residente; Diversificação da actividade económica; Criação de emprego.	Ocupação elevada em alguns sectores litorais com tendência a acentuar-se e a incidir em zonas ambientalmente mais frágeis.	Requalificando através de acções de recuperação e revitalização de espaços frágeis indevidamente ocupados (arribas, estruturas dunares); Fomentando estruturas verdes de enquadramento e protecção; parques para decompressão urbana. Os instrumentos de ordenamento e a legislação ambiental em vigor contém normas eficazes para a prevenção de situações que actualmente se tem que corrigir.	A avaliação dos extremos de sensibilização e educação junto das escolas e instituições que têm contribuído para melhores níveis de sensibilização. A colaboração das Instituições não governamentais, como as associações de defesa do património natural e cultural e as ações de divulgação plástica têm sido um bom contributo.	Não responde.	Não responde.	
VI- Dir. Reg. Económica	- Não responde.	Sim. Várias formas de poluição: Escassez de estacionamento; Ausência de espaços verdes; Desordenamento em termos de construção.	- Dotando as infraestruturas de condições que suportem um aumento significativo de utilizadores em qualquer situação.	Não responde que sim.	Sim. P.N.R.F. (Parque Natural da Ria Formosa)	Existe grande necessidade de um desenvolvimento controlado e devidamente acompanhado.	

NOTA ** - Reporta para os trabalhos preparatórios do POOC que no caso de Loulé é o de Vilamoura - VRSA -

Fonte: Inquérito de Elaboração Própria (VIII). Ver anexo II

Trata

11- Há problemas socio-culturais na sua zona resultantes do turismo ou do crescimento económico?	12A - Se sim, quais são?	12B - Como podem ser mitigados? Como poderiam ter sido prevenidos?	13 - Há impactos na comunidade resultantes das práticas comportamentais dos turistas?	14 - Qual é a percentagem que estima de bens e serviços locais usados no turismo de fora da comunidade?	21- Qual é a percentagem que estima de bens e serviços locais usados no turismo de fora da comunidade?	22- Da que modo é que os benefícios económicos do turismo podem reverter a favor da comunidade? Que desenvolvimento presente quer no futuro?	23- Há oportunidade no concelho de Loulé para o "design" e produção de artesanato como atracção para ser vendida aos turistas?
Não responde.	Não responde.	Não responde.	Não há estudo sobre parte da Almaraz, passeios pedestres, participação importante estrangeiros residentes tem sido benéfico, aumenta a sensibilidade à natureza.	Não responde.	Não responde.	Não responde.	Não responde.
Sim.	Há normalmente, acréscimo nos preços do consumidor (ex. consumíveis correntes e especulação imobiliária, os residentes não conseguem comportar.)	Como as infraestruturas e serviços disponíveis não estão previstos para uma população que revela deficiências quando há maior utilização. No geral e no futuro deverão ser errados incentivos para repovoar o interior porque sem pessoas não há desenvolvimento.	Há sempre resultados do convívio. Por um lado absorver valores culturais e no futuro deverão ser aproveitados apesar das experiências, sentem-se o estigma e o preconceito que não é cultura tão rápida.	Não responde.	No investimento em infraestruturas de utilidade pública; Permitir que os residentes das áreas rurais possam usufruir dos mesmos níveis de qualidade de vida que os turistas, que nos visitam.	O concelho de Loulé abarca uma diversidade e potencial turístico difícil de reproduzir. Mesmo as freguesias rurais do concelho (Alte; Ameixal; Benafim; Querença; Tor e Salir) apresentam desenvolvimento e motivações turísticas diversas. Por ex. Alte já tem fins turísticos há muito tempo. Querença só recentemente despertou para este fenómeno e Ameixal ainda não iniciou.	
Com a comunidade local, julga fazerem esses problemas parte do passado. Tem-se generalizado e acesso aos bens públicos e em grande abertura no acesso aos bens privados. Haverá problemas com as comunidades imigrantes.	Problemas com as comunidades imigrantes (Africana e dos países de leste). Loulé e Almaraz são focos dessas disjunções.	Não responde.	Esses impactos já foram expressivos. restaurantes para hotéis para ingleses para ingleses, etc. H impacto socio-económico tem praticamente ex	Não sabe. a)	Através de: Emprego, recuperação, dinamismo, etc.	Loulé tem um elevado potencial para aproveitamento do artesanato.	
Não responde.	Não responde.	Não responde.	Não responde.	Não responde.	Não responde.	Não responde.	
Não responde.	Não responde.	Não responde.	Não responde.	Não responde.	Não responde.	Não responde.	
Não responde.	Não responde.	Não responde.	Não responde.	Não responde.	Não responde.	Não responde.	
Não responde.	Não responde.	Não responde.	Não responde.	Não responde.	Melhoria do padrão de vida, traduzida na qualidade de todos os outros sectores: comércio; saúde; ensino,...	Não responde.	

a) Sugestão de consulta da matriz input - output que o CIDER elaborou.

Fonte: Inquérito de Elaboração Própria (VIII). Ver anexo (II)

TRATAMENTO QUALITATIVO DOS DADOS DO INQUÉRITO IX E LOULÉ

	Instituições	In. "Almargem"	Economia	VI- R. Turismo do Algarve
A - RECURSOS NATURAIS	1- Como serão usados os vários recursos naturais que estão disponíveis no concelho de Loulé quer directa quer indirectamente?	Deveriam ser de uma forma sustentável, sem por em risco a fauna, a flora, a paisagem, os recursos geológicos, etc.	Dados de forma de função da população, de preservação	Não responde.
	2- Quanto de cada recurso pode ainda ser afectado assegurando a sua preservação?	Tem que haver estudo caso a caso. Ex. caso das Grutas em que a Associação apresentou um Plano de limitação do que já existe.	Tr	Não é possível a quantificação generalizada.
	3- Quais são os custos e os benefícios ambientais?	Tem que se ver caso a caso e fazer a ponderação.	Im	Não responde.
	4- Qual é o custo da degradação ambiental se o recurso é mal usado ou mal gerido?	Ninguém ainda sabe, mas ultimamente fala-se que quando se faz avaliação de impacto, faz-se avaliação de valores agrícolas ou construção e é difícil fazer uma comparação. Há que fazer estudos sobre alternativa de ocupação do espaço. O que vale manter um ecossistema? Se calhar já não vamos a tempo de aplicar essa avaliação no Algarve.	Es	As gerações vindouras não podem usufruir desse recurso.
	5- Se o recurso é usado apropriadamente, quais são os benefícios económicos?	Normalmente vê-se apenas o que é óbvio. Mesmo em nível do Turismo devia haver comparação entre ocupação e não ocupação. Em muitos casos os benefícios a longo prazo são muito maiores do que a destruição do espaço em termos económicos.	Ni	A maior valorização da terra trará mais turistas e, portanto mais prosperidade económica.
	6- Quem recebe os benefícios?	Deviam ser as pessoas que usufruem dessa área: os residentes. Contudo, muitos benefícios saíram do Algarve.	Ta bra sã e c os orj	Toda a comunidade.
	7- Quais são as maneiras alternativas de usar o recurso em ordem quer a beneficiar do seu uso quer a proteger o ambiente?	Tem que se analisar caso a caso. Não destruindo a fauna nem a flora e aproveitando-os como recursos turísticos alternativos. Turismo de mais alta qualidade.	Ni equilíbrio entre turso e a sua vinculativos, como é o caso dos POOC'S.	Através de Planos orientadores ou mesmo vinculativos, como é o caso dos POOC'S.
B - QUESTÕES ECONÓMICAS	8- Quais são os custos económicos e benefícios se o desenvolvimento turístico proposto for implementado?	Não responde.	O ou coi dis no pa aci po ser de Infi	A base do sistema económico Algarvio é o Turismo. É importante que haja desenvolvimento do turismo que não prejudique a sociedade nem os recursos.
	9- Qual é o valor económico de qualquer melhoramento para o ambiente que resultará do desenvolvimento turístico proposto?	Não responde.	Eie	A questão é a do "poluidor pagador". As Câmaras devem colaborar e não há a devida planificação.
	10- Qual é o custo económico de prevenir qualquer degradação para o ambiente que pode resultar do desenvolvimento turístico proposto?	Não responde.	Eie	Pode ser alto inicialmente, mas a longo prazo é atenuado. As contrapartidas compensam.
	11- Qual será o custo de tentar manter o encontro dos standards ambientais locais?	Não responde.	Mo	É importante planificar para evitar os problemas. (Ex: Veja-se o caso de Vale do Lobo e a construção sobre falésias).
	12- Qual será o custo económico de introduzir controle ambiental adicional?	Não responde.	Mo	É a monitorização e acompanhamento. O custo é grande e é necessário haver esse controle.
	13- Qual será a percentagem económica ou ganho se os planos forem elaborados ou modificados em consideração ao ambiente?	Não responde.	Ser	É a monitorização e acompanhamento. O custo é grande e é necessário haver esse controle.
	14- Os benefícios da implementação de standards ambientais serão maiores que os outros?	As medidas compensatórias no fundo são migalhas (Ex. Lusotur). O canical foi protegido por indicação da Almargem. O princípio do "poluidor pagador" devia pagar o uso menos próprio mas em termos de futuro não é caminho. Devia haver consenso em relação à utilização de um determinado local. Medidas compensatórias como norma para o futuro não.	Sim	Poderão ser porque o país precisa entrar na rotina, com base na sustentabilidade dos recursos, o que ainda não acontece.
15- Em que medida podem os lucros ser usados para neutralizar ou mitigar sacrifícios no caso das condições ambientais não serem respeitadas?	As medidas compensatórias no fundo são migalhas (Ex. Lusotur). O canical foi protegido por indicação da Almargem. O princípio do "poluidor pagador" devia pagar o uso menos próprio mas em termos de futuro não é caminho. Devia haver consenso em relação à utilização de um determinado local. Medidas compensatórias como norma para o futuro não.	Sim	É a questão do "poluidor pagador". É necessário remediar os erros mas também preveni-los.	

TRATAMENTO QUALITATIVO DOS DADOS DO INQUÉRITO IX - E LOULÉ

Questões	Instituições	I. Aa. "Almargem"	II. Aa. "Economia"	III. R. Turismo do Algarve
	16- Que custos sociais e benefícios decorrem do crescimento turístico?		Tem havido aumento da qualidade de vida derivado do turismo.	Se b... que conduzirá melhoria de
17- Que custos e benefícios afectarão o output económico? E quais afectarão o bem-estar individual e social?		Não responde.	Não	Em termos de sociedade, os benefícios para o concelho são grandes a nível monetário. Tem muitos custos com a degradação ambiental. As actividades vão também beneficiar as populações em termos de produtos. Os custos referem-se ao crescimento desequilibrado.
18- Que compensação oferecerá o crescimento turístico àqueles que vivem as consequências sociais relacionadas com esse crescimento?		Não responde.	Não r...	As Associações, nomeadamente à "In Loco" têm promovido o desenvolvimento do Algarve e sensibilizam os locais.
19- Como valorizam os diferentes segmentos da sociedade os custos e os benefícios do crescimento turístico no concelho de Loulé?		Não responde.	Não r... valorizar os custos ríficos.	A sociedade pode ver de uma forma positiva por causa dos benefícios mas por outro lado vê que perde a sua identidade e o seu equilíbrio. Por isso é importante o combate à sazonalidade.
20- Quem recebe os benefícios? E quem suporta os custos?		Não responde.	Entida... das. População	Todos nós.
21- Que segmento da sociedade está em posição de pagar para preservar e proteger o ambiente?		Nalguns concelhos já pagam uma taxa ou serviço. Ex. Rio. As pessoas vão passar a aceitar que uma parte dos impostos reporte para a conservação da Natureza. Mas não será bem por ora. Investir na Gestão de um Parque Natural será no futuro a saída.	Todos... para 2º... tiram do	Todos nós fazemos um pouco isso. Quem está mais em posição de pagar são as entidades públicas e as privadas que apostam no turismo.
22- Como é que o desenvolvimento turístico contribui para satisfazer as necessidades humanas básicas?		Não responde.	Acess... se exige acaba	Como fonte de rendimento.
23- O potencial de inflação e especulação de solos foi avaliado? Se sim, como?		Não responde.	Não es...	Provavelmente não e há uma especulação muito grande na venda de terrenos e essa avaliação devia ser mais controlada.
24- Quais são os efeitos do crescimento turístico no padrão de consumo?		Não responde.	Não res... padrão de	Os produtos são muito caros.
25- Houve um sobrenso das infraestruturas públicas? Quais serão as consequências?		Não responde.	Sim, m...	Sim. Em Agosto tudo "entope" e não há capacidade de resposta.

C - QUESTÕES SOCIO ECONÓMICAS

TRATAMENTO QUALITATIVO DOS DADOS DO INQUÉRITO IX DE LOULÉ

Questões	Instituições	I. As. "Almargem"	Economia	VI. R. Turismo do Algarve
26- Esse sobrenso foi afectado pela sazonalidade? Como?		Não responde.	de utilizadores no as estruturas menos edadas.	Sim.
27- Em que medida pode a População local receber formação para o trabalho no sector turístico?		Não responde.	oção e facilidade ja levar a formação não o contrário.	Deveria. Através do Instituto Nacional de Formação Turística e do I.E.F. Profissional. Este Instituto tem um programa recente que contempla essa formação pontual.
28- Em que medida os trabalhadores estrangeiros são aceites? Qual será a sua influencia na comunidade residente?		Não responde.	em bem aceites que influenciam	São explorados, são humilhados e vivem em condições degradantes. Vivem muito isolados e não são aceites.
29- Qual o grau de participação das O.N.G. Ambientais de nível local, regional, nacional ou internacional?		A participação cada vez vai sendo mais requisitada em termos legais (em termos de cons. Consultivo com assento em O.N.G. mas é preciso meios para isso). É preciso mais apoios. O tipo de intervenção na maior parte dos casos é aceite e a participação na C. Social dá outra credibilidade. É preciso usar esse meio para fazer chegar as ideias às pessoas. Há participação. A "Almargem" é aceite e respeitada. Muitas vezes as portas não se abrem mas aos poucos vai melhorando. Tem havido sensibilização crescente para o papel das Associações. A pp conferência do Rio levou a que o poder se tome mais atento à participação dos cidadãos. Contudo muitas vezes é só "fachada" ouvir as Associações.	Não	Há falta de um grande equilibrio. Há fundamentalistas e falta o bom senso. Copnsidera a "In Loco" com mais bom senso.
30- Como é que as pessoas que vivem nas áreas de desenvolvimento turístico participam no processo de planeamento?		Normalmente não chegam a participar.	Não	Através das consultas públicas promovidas pela Câmara, podendo manifestar as suas opiniões.
31- Os grupos religiosos ou étnicos podem ser afectados? Se sim, estes foram envolvidos no processo de planeamento?		Como cidadãos, sim. Organizadamente, só se tiverem a ver com o projecto.	Por	Sim. Da mesma forma que a restante população.
32- Como é que as mulheres foram envolvidas no processo de planeamento? O seu bem estar foi considerado?		São todos convidados a participar nesse processo.	Des	Foram envolvidas tal como os homens. Não parece ter havido distinção.
33- Que questões de saúde e segurança devem ser consideradas?		Tudo tem que ser tido em conta e muitas vezes não é considerado de ser um elo fraco, uma vez mais ouvida em	Não	Não responde.
34- Como é que o consumo de tráfico de droga e a prostituição podem ser controlados?		Não responde.	Não	É uma questão para a qual os próprios Governantes ainda não encontraram uma solução eficaz.
35- Que locais históricos foram afectados pelo desenvolvimento turístico?		Históricos não. Não afectou propriamente a zona histórica.	Não	Em Loulé foram afectados, positivamente as ruínas de Vilamoura e o Centro Histórico de Loulé.
36- Quais serão os custos económicos de proteger os valores culturais na área de desenvolvimento?		Não responde.	Não	Não responde.
37- O que pode ser feito sobre o potencial de uma mudança nos valores morais e religiosos?		Não responde.	Não	Não responde.
38- O que pode ser feito sobre o potencial para uma mudança (talvez um aumento) do crime?		Não responde.	Não	Não responde.
39- Quais são as melhores áreas para o desenvolvimento turístico futuro?		Há no interior potencialidades enormes mas não para o modelo actual e sim para o sustentável. A própria Ria Formosa e as pequenas áreas ainda preservadas no litoral melhoram a qualidade de vida e funcionam como tampão nas	Não	Interior.
40- Que produtos turísticos podem ser desenvolvidos?		No interior, produtos relacionados com a Natureza, quer percursos, quer valorização de produtos tradicionais.	Não	n a ver com o Golfo; Turismo de Natureza; Turismo - 3ª idade.
41- Com que capacidade? São sustentáveis?		Esta exploração tem que ser sustentável, i.é, respeito pelo ambiente e envolvimento das populações na exploração dos recursos.	Não	Só os sustentáveis devem ser desenvolvidos.
42- Que taxa de ocupação e participação pode ser esperada durante cada estação?		Estação Alta: Já se ultrapassou a taxa de ocupação. Estação Baixa: Há campo de manobra com outros produtos.	Não	Deve haver equilibrio. A taxa de ocupação no Inverno deveria aumentar.
43- Que impactos ambientais e restrições relacionadas devem ser consideradas?		Se o tipo de exploração for sustentável, não deverão haver impactos. Deverão ter sido considerados.	Não	Preferencialmente que haja só vantagens para quem nos visita e para nós próprios.
44- Como irão estes impactos e restrições afectar os segmentos de mercado gerados?		Em principio não irão, porque esses produtos deverão ser respetadores do ambiente e os impactos devem ser minimizados.	Não	Vão influenciar esses segmentos de mercado nessa perspectiva. Deveria ser tudo mais equilibrado para as pessoas se sentirem bem

ANEXO IV
OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS
DE
DESENVOLVIMENTO PARA O ALGARVE
CONTEMPLADOS NOS PRINCIPAIS
DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS (2000-2006)

1- PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL 2000-2006 (P.N.D.E.S.)

1.1- Grandes objectivos e visão estratégica preconizada para vencer o séc. XXI

O P.N.D.E.S. 2000-2006 configura uma mudança do Modelo de crescimento Português, tendo presente que:

“(…) Num quadro de economia globalizada, de plena inserção de Portugal num contexto europeu em mudança e em que se perspectiva um envelhecimento demográfico, alterando profundamente a relação entre activos e inactivos, o modelo de crescimento que tem caracterizado a economia portuguesa, em que prevalecem sectores pouco exigentes em qualificações e de baixas produtividades, apresenta sinais de esgotamento e não se afigura reproduzível no futuro. Importa assim, encarar definitivamente uma mudança do modelo de crescimento, no sentido de se conseguir, no período 2000-2006, aproximar a economia portuguesa das actividades, factores de competitividade e tecnologia dinâmicas e estruturantes na economia mundial, em articulação com um modelo social que favoreça a solidariedade e a coesão.(…)”

A visão de transformação estrutural que o P.N.D.E.S. preconiza passa pela definição dos seus objectivos.

Grandes Objectivos

- Elevar o nível de qualificação dos Portugueses, promover o emprego e a coesão social.
- Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro.
- Afirmar a valia do território e da posição geoeconómica do país.
- Promover o desenvolvimento sustentável das regiões, a qualidade de vida urbana e o desenvolvimento rural
- Garantir a melhoria sustentada da protecção social.

No âmbito de uma visão estratégica para vencer o século XXI, o P.N.D.E.S. preconiza que o país ultrapasse definitivamente o modelo das últimas décadas cujas virtualidades estão esgotadas e adopte um novo “Modelo de Crescimento Económico” que:

- “Se articule com um “Modelo Social”, baseado na solidariedade, na igualdade de oportunidades e na valorização da empregabilidade e que assegure a coesão económica e social.

- Envolve uma dinâmica de actividades “do futuro”, geradora de emprego e motivadora de qualificações mais elevadas.
- Respeite os princípios do desenvolvimento sustentável, designadamente no que se refere ao ambiente como um dos seus pilares essenciais.”

A estratégia que o P.N.D.E.S. propõe assenta numa perspectiva prioritária de desenvolvimento sustentável que toma em conta:

- “o actual contexto de incerteza.
- a produtividade de longo prazo dos diversos recursos.
- o principio da diversidade, enquanto regulador dos sistemas.
- a qualidade, enquanto elemento transversal e activo de uma organização social portadora da capacidade de inovação e de adaptabilidade construtiva.”

Esta perspectiva de desenvolvimento sustentável proposta no P.N.D.E.S., envolve dois elementos essenciais:

- “Um novo sentido de desenvolvimento, capaz de estruturar o discurso e a acção através dos valores do ambiente, da gestão qualificada dos recursos e da valorização do território.
- A consideração de valores transversais capazes de influenciar todas as questões e objectivos, como são os valores estruturantes da qualidade, da diversidade e da inovação mutuamente sustentáveis.”

O P.N.D.E.S. reafirma que “as oportunidades e desafios de desenvolvimento para o país e para as suas regiões, têm como pressuposto essencial os princípios do desenvolvimento sustentável.”

Considera que:

“Apenas numa perspectiva de desenvolvimento sustentável se podem contemplar aspectos decisivos para a valia do território, a saber: a questão da produtividade de longo prazo dos recursos – em particular dos territórios, optando por uma gestão prudente nas situações mais expostas a uma utilização intensiva, ou por uma gestão ousada nas situações de risco de marginalização; uma visão inovadora para o território, na qual os sistemas territoriais articulam a economia no seu conjunto; a questão da qualidade urbana e, em geral, a qualidade dos meios de vida, factor central para o

desenvolvimento de complementaridades entre agregados próximos, superando a pequenez e mantendo a ocupação do território.»

1.2- Mudanças no modelo de crescimento - P.N.D.E.S. 2000-2006 - Região do Algarve

No P.N.D.E.S., para cada região identificam-se alguns pontos mais relevantes de articulação com a mudança do modelo de crescimento económico, bem como possíveis tensões que poderão ocorrer durante o período de adaptação.

Para o caso da região do Algarve, esses pontos apresentados no P.N.D.E.S. são os que se explicitam seguidamente:

Mudança do Modelo de Crescimento Económico

- A Região aposta na consolidação da sua vocação turística e de local de atracção de residentes estrangeiros, relegando para segundo plano a possibilidade de diversificação da estrutura produtiva ;
- no entanto, a própria actividade turística deve diversificar-se quanto ao tipo de produtos oferecidos, apostando no turismo desportivo, na náutica de recreio, no turismo de natureza e em infra-estruturas de animação lúdica e cultural, além da possível integração de circuitos nas Regiões vizinhas;
- por outro lado, na lógica do novo modelo de crescimento económico que se desenha, é possível também, no conjunto da actividade turística, aumentar a cadeia de valor mediante uma maior participação do mundo rural e das actividades tradicionais;
- a regularização do fluxo de ocupação ao longo do ano será conseguida através do incremento de novas actividades de serviços internacionalizados (por exemplo congressos e desporto), pelo desenvolvimento de actividades associadas ao património natural e cultural e pela criação de novas ofertas, associadas à amenidade climática, na época baixa;

- a Universidade surge particularmente vocacionada para a dinamização de núcleos de investigação ligados à gestão do litoral, aos oceanos, ao ambiente, ao turismo e imobiliária de lazer e às tecnologias da construção.

Coesão Social

- Apesar de esta ser, depois de Lisboa, a Região com rendimento per capita mais elevado, não é isenta de problemas sociais;
- a par de um crescente envelhecimento da população residente, registam-se também alguns problemas de adaptação estrutural nos sectores tradicionais com efeito no tecido social, situação que deve merecer particular atenção para obviar ao surgimento de casos de marginalização;
- por outro lado, a sazonalidade da actividade turística, aliada à precaridade do emprego, constitui uma vulnerabilidade não só para os menos qualificados como também para a população jovem que gostaria de encontrar outras oportunidades de emprego, situação que favorece o sub-emprego; esta situação poderá melhorar com o modelo diversificado, para o qual se aponta, e com as medidas de carácter social a ele associadas.

2- PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2000-2006 (P.D.R.)

- «O P.D.R. constitui a proposta portuguesa de enquadramento, orientação estratégica, sistematização operacional, programação financeira e estrutura organizativa que dará origem ao estabelecimento do Quadro Comunitário de apoio 2000-2006, na sequência do processo negocial comunitário. (...)
- Este P.D.R. insere-se, na perspectiva nacional, no processo de planeamento desencadeado através do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (P.N.D.E.S.) que se iniciou em 1998.
- Deverá salientar-se que o P.N.D.E.S. tem uma abrangência e um alcance mais amplos e diversificados do que o P.D.R., envolvendo a generalidade dos sectores da actividade económica e social e tendencialmente enquadrando todos os recursos mobilizáveis para a concretização da estratégia de desenvolvimento adoptada e para a prossecução dos objectivos definidos.
- Sendo naturalmente coerente com o P.N.D.E.S., o P.D.R. concentra-se nos domínios prioritários no contexto dos normativos e orientações comunitárias aplicáveis e, portanto, nas actuações susceptíveis de apoio financeiro estrutural pela União Europeia.» (P.D.R. , introdução).

Comungando da mesma filosofia do P.N.D.E.S., o P.D.R. converge com ele, podendo dizer-se que os seus objectivos estratégicos coincidem, na sua formulação, com os quatro primeiros “grandes objectivos” do P.N.D.E.S..

O P.D.R. 2000-2006 ao basear-se na visão estratégica proposta no P.N.D.E.S. “incorpora, os resultados essenciais dos diversos levantamentos e estudos efectuados.”

“Pretende-se fornecer uma visão de conjunto das necessidades prioritárias identificadas e ilustrar o modo como a superação das diferentes fragilidades e deficiências recenseadas pode beneficiar das intervenções previstas para cada um dos domínios prioritários do P.D.R. 2000-2006.

(...) o grau de concretização dessas várias articulações dependerá, conforme já se assinalou em pontos anteriores deste capítulo, das condições concretas de exequibilidade que forem criadas, durante o período 2000-2006, para a prossecução dos domínios prioritários de acção e dos objectivos visados (P.D.R., pág. IX-9;10).”

2.1- Intervenção operacional regional do Algarve

No P.D.R. 2000-2006 é apresentada a intervenção operacional para cada uma das regiões.

No que se refere à intervenção operacional regional do Algarve:

“A aposta na competitividade económica regional, centrada no complexo de actividades do turismo e do lazer, tem presente a necessidade de ampliar os efeitos sobre o emprego e o valor acrescentado regional, assentes numa base económica mais sólida e no aproveitamento pleno dos recursos e capacidade produtiva, onde se destacam os valores naturais, a paisagem humanizada e a qualidade ambiental.

A perspectiva de valorização dos recursos regionais fundamenta a definição de dois objectivos estratégicos de desenvolvimento que convergem para a competitividade económica da região:

- Afirmação da capacidade competitiva do Algarve.
- Construção das condições de competitividade regional.

Esta orientação assenta na valorização de dois recursos de suporte que constituem a riqueza da região: os recursos humanos e as competências regionais, por um lado e o território e o ambiente, por outro.”

“A concretização da estratégia de desenvolvimento regional é, por sua vez suportada por três domínios de intervenção:

- Os espaços rurais, valores naturais e biodiversidade.
- As infraestruturas de base.
- Os espaços urbanos e equipamentos educativos, sociais e culturais.” (P.D.R.: V-160)

A visão integradora apresentada contempla a definição de objectivos gerais de desenvolvimento, bem como a concretização de objectivos operacionais.

É essa definição que se pretende sintetizar no quadro seguinte:

Definição de objectivos de desenvolvimento – região do Algarve

Objectivos estratégicos de desenvolvimento	Objectivos gerais de desenvolvimento	Objectivos operacionais para concretização
<p>o Afirmção da capacidade competitiva do Algarve.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assumir a especialização nas actividades turismo/lazer. ▪ Alargar o complexo de actividades em torno do turismo/lazer. ▪ Dinamizar o aproveitamento dos recursos produtivos regionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar o complexo de actividades turismo/lazer. • Diversificar a oferta turística tradicional. • Desenvolver as actividades primárias para responder à procura turística. • Desenvolver as actividades de construção para estruturar a oferta regional. • Valorizar a cultura e o património como elemento de afirmação da identidade. • Reforçar os segmentos do comércio tradicional e especializado. • Valorizar os recursos marinhos, agro-florestais e minerais. • Reforçar os serviços de apoio à actividade económica para enriquecimento do tecido empresarial.

Definição de objectivos de desenvolvimento – região do Algarve (Continuação)

Objectivos estratégicos de desenvolvimento	Objectivos gerais de desenvolvimento	Objectivos operacionais para concretização
<p>Construção das condições de competitividade regional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorizar os recursos humanos e as competências regionais. ▪ Qualificar o território e o ambiente. <p>Assegurar a integração territorial e a coesão social</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e melhorar a formação escolar. • Qualificar profissionalmente os recursos humanos. • Consolidar as competências regionais e apostar nas tecnologias da informação. • Completar e melhorar as acessibilidades. • Estruturar, renovar e desenvolver o sistema urbano. • Promover a qualidade ambiental. • Promover a criação e o ordenamento de infraestruturas de apoio à actividade produtiva. • Dotar a região de equipamentos estruturantes. • Organizar o território promovendo actuações de planeamento integrado. • Dinamizar os serviços de proximidade (pessoais e colectivos). • Valorizar e promover os espaços rurais e de baixa densidade. <p>Reforçar a integração económica e social.</p>

Fonte: Quadro de elaboração própria, a partir de conteúdos do P.D.R.(V-160a163)

“(...) A prioridade ao desenvolvimento destes objectivos deverá assentar em actuações preferencialmente inseridas em programas de âmbito sectorial destinados a fortalecer a base económica, mediante mecanismos de incentivo e apoio aos principais sectores da economia regional e através da instalação de infraestruturas de enquadramento e de suporte(...)” (P.D.R.,V-161).

“(...) A estratégia regional para o médio/longo prazo se, por um lado, valoriza as actividades de especialização predominantemente localizadas no litoral, por outro entende que essas actividades devem evoluir para uma integração plena e activa dos territórios e do mosaico de actividades do interior Algarvio. Esta visão de construção da competitividade territorial, na base de uma articulação intensa de fluxos de actividades entre o litoral e o interior, não pode deixar de associar, de modo claro, uma vertente orientada para o reforço da coesão social.”(P.D.R.,V-163).

Tendo presente as orientações estratégicas apresentadas, a Intervenção Operacional Regional do Algarve compreende os subprogramas sintetizados no quadro seguinte:

Sistematização da Intervenção Operacional do Algarve

Subprograma	Objectivos	Domínios de intervenção
<p>Subprograma 1: Apoio ao Investimento de Interesse Municipal e Intermunicipal</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir as condições de vida das populações aproximando os níveis de cobertura das infraestruturas de saneamento básico dos padrões europeus. ▪ Melhorar as acessibilidades intra-regionais. ▪ Reabilitar e valorizar os centros urbanos, dotando-os de equipamentos colectivos essenciais. ▪ Apoiar o fortalecimento da base produtiva. 	<p><u>-Infra-estruturas de requalificação territorial</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidades (ex: rede viária municipal,...). • Ambiente e espaços naturais (ex: rede de saneamento básico, recolha de resíduos sólidos,...). • Renovação urbana (ex: estacionamento, mobilidade urbana,...). • Apoio às actividades económicas (ex: loteamentos industriais municipais, parques de feiras,...). <p><u>-Equipamentos colectivos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Educação e apoio social (ex: ensino pré-escolar, lares de 3ª idade, centros de dia). • Cultura e Desporto (ex: museus municipais, salas de espectáculos municipais, equipamentos desportivos).

Sistematização da Intervenção Operacional do Algarve (Continuação)

Subprograma	Objectivos	Domínios de intervenção
<p><u>Subprograma 2:</u> Acções Integradas de Base Territorial</p>	<p>Valorização integrada dos vários subsistemas que compõem o Algarve e que concentram os diferentes trunfos da região na perspectiva da afirmação competitiva do Algarve:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização do sistema urbano como instrumento de qualificação e sustentabilidade das actividades de especialização e de consolidação da imagem internacional da região. ▪ Reordenamento e qualificação dos espaços de localização para actividades industriais, de distribuição e logística e de localização de equipamentos de apoio ao desenvolvimento. <p>Revitalização socio-económica, potenciando as complementaridades existentes (ambiente e paisagem, reservas naturais e tradições produtivas), vectores indispensáveis à consolidação das</p>	<p><u>-Acção Integrada de Revitalização de Áreas de Baixa Densidade</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • O interior corresponde a 2/3 do território onde habita menos de 1/3 da população. • A área a considerar corresponde ao Barrocal e Serra, onde predominam as características de ruralidade com densidades populacionais menores que a média da região e do país. • A população diminui há mais de vinte anos e os índices de envelhecimento estão em crescimento acentuado. • Essas áreas evidenciam um conjunto variado de potencialidades baseado nos recursos endógenos. <p>Actuações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Requalificação Urbana e Património</u> (ex: património histórico, reabilitação urbana,...). • <u>Infra-estruturas e Equipamentos de Apoio ao Desporto</u> (ex: estradas, Ecomuseu). <p><u>Valorização do Potencial e</u></p>

Sistematização da Intervenção Operacional do Algarve (Continuação)

Subprograma	Objectivos	Domínios de intervenção
	actividades de turismo e lazer.	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Dinamização Económica</u> (ex: Estudos, Animação Socio-económica). - <u>Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades Médias</u> • A área de intervenção abrange as cidades média e os centros urbanos de influencia supraconcelhia da faixa litoral urbanizada e os espaços onde os limiares de sustentabilidade se encontram mais ameaçados pela pressão imobiliária. • Principais potencialidades a otimizar: recursos urbanos, associados à concentração de pessoas, actividades económicas e infra-estruturas culturais e de animação. <p>Actuações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Renovação urbana</u> (ex: centros históricos e zonas urbanas saturadas). <p><u>Infra-estruturas e Equipamentos estruturantes de apoio à requalificação</u> (ex: Complexos Desportivos de apoio à alta competição, Espaços Multi-usos, Centro cultural, Rede de Museus, Parque temático).</p>

Sistematização da Intervenção Operacional do Algarve (Continuação)

Subprograma	Objectivos	Domínios de intervenção
		<ul style="list-style-type: none"> • <u>Valorização do Potencial</u> Estudos, Promoção, Animação Socio-económica).
<p>Subprograma 3: Intervenções sectoriais Desconcentradas</p>	<p>Actuações desconcentradas regionalmente nos domínios: Educação; Formação; Emprego e Desenvolvimento Social; Ciência, Saúde, Sociedade de informação, Saúde, Acessibilidades,...</p>	<p>A concretizar até 2006</p>

Fonte: Quadro de elaboração própria, a partir de conteúdos do P.D.R..(V-164a169)

3- ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (E.N.D.S.)

Este é um documento cuja discussão, primeiro teve a finalidade de ser apresentado na cimeira de Joanesburgo e depois numa nova fase direccionou-se rumo ao P.N.E.D.S. (Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social).

“A elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (E.N.D.S.) é um dos compromissos internacionais assumidos por Portugal no âmbito da agenda 21, acordada na Conferencia das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Este compromisso foi reafirmado na 19ª sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1997, tendo os Estados-Membros da União Europeia acordado apresentar as suas estratégias nacionais a tempo do Conselho Europeu de Sevilha (Junho de 2002), no quadro de preparação da Cimeira sobre o Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo (Agosto-Setembro de 2002) (...)” (E.N.D.S.: 5).

Na sequência desta cimeira, concluiu-se pela necessidade de proceder à elaboração de um Plano de Implementação da Estratégia dividido em três fases, estando associado a cada uma delas um período de discussão pública.

3.1- Domínios estratégicos e linhas de orientação

Este documento propõe quatro grandes domínios estratégicos que são apresentados seguidamente:

“- Domínios Estratégicos:

- A. Garantir o desenvolvimento equilibrado do território
- B. Melhorar a qualidade do ambiente
- C. Produção e consumo sustentável
- D. Em direcção a uma sociedade solidária e do conhecimento

- Linhas de Orientação

- A. Garantir o Desenvolvimento Equilibrado do Território
 - Promover uma utilização mais eficiente dos recursos naturais (1)
 - Promover uma política de ordenamento do território sustentável (2)
 - Proteger e valorizar o património natural e paisagístico e a biodiversidade (3)

- B. Melhorar a Qualidade do Ambiente
 - Melhorar os níveis de atendimento (4)
 - A qualidade do ambiente numa perspectiva transversal e integrada (5)

- C. Produção e Consumo Sustentável
 - Promover a integração do ambiente nas políticas sectoriais (6)
 - Promover a alteração dos padrões de produção e consumo (7)
 - Estabelecimento de parcerias estratégicas visando a modernização das actividades económicas, sociais e das organizações (8)

- D. Em direcção a uma sociedade solidária e do conhecimento
 - Promover o emprego, a educação e a formação, o acesso à cultura, a investigação, a cooperação tecnológica e a qualificação profissional reforçando capacidades e visando a competitividade da produção portuguesa (9)
 - Desenvolver a educação, a sensibilização, a informação, a participação, o acesso à justiça e a responsabilização em matéria de desenvolvimento sustentável (10)
 - Avaliação e análise - monitorização sistemática do progresso por recurso a indicadores (11)
 - Responsabilidade de Portugal num contexto alargado (12)»

(in Comunicação apresentada pela Vice-Presidente do Instituto do Ambiente no Seminário sobre “Turismo Sustentável” – Universidade do Algarve, Outubro 2002)

4- ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO ALGARVE (E.D.R.A. - 2000-2006) – EX-C.C.R.ALG. – ACTUAL C.C.D.R. - COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO ALGARVE

Como é referido no próprio documento, este reflecte níveis de articulação acentuada com as opções delineadas para o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (P.N.D.E.S.).

Como o P.D.R. comunga da mesma filosofia do P.N.D.E.S. só que com um nível de abrangência diferente, depreende-se que aquela articulação também se concretize com o próprio P.D.R..

Por este facto, este apresenta a intervenção operacional prevista para as várias regiões. No que ao Algarve diz respeito, foi apresentada a nível do P.D.R. a definição das linhas estratégicas e objectivos de desenvolvimento previstos para a região.

Para evitar duplicação, essa parte não será repetida e só se complementarão alguns pontos relevantes para o esclarecimento da estratégia de desenvolvimento prevista para a região.

“O desenho de uma visão prospectiva para a região do Algarve no horizonte 2000-2006 é um exercício que tem a complexidade inerente aos exercícios de reflexão estratégica em contextos de acentuada incerteza, como o actual, em que as variáveis de ajustamento aos fenómenos e tendências mais pesadas (globalização, consolidação da União Económica e Monetária, alargamento da União Europeia a Leste e redistribuição dos fundos estruturais,...) não se encontram ainda suficientemente amadurecidas. (...)”
(Estratégia de Desenvolvimento do Algarve – Ex-C.C.R.Alg./C.C.D.R.:13)

Como é enfatizado neste documento, “A lógica de valorização dos recursos regionais fundamenta a definição de dois objectivos estratégicos de desenvolvimento - afirmação da capacidade competitiva do Algarve e construção das condições da competitividade regional - que convergem para a competitividade económica da região.”

4.1- Objectivos estratégicos de desenvolvimento e domínios de intervenção

Uma vez que os objectivos de desenvolvimento já foram apresentadas no âmbito da intervenção operacional prevista para o Algarve incluída no P.D.R., centrar-se-á agora mais a análise nos domínios de intervenção previstos e sintetizados a seguir:

Domínios de intervenção

Domínios	Linhas de acção para dar resposta a:
1- <u>Infra-estruturas de base</u> (Acessibilidades, Ambiente e Apoio à actividade económica)	<ul style="list-style-type: none">• Qualificação de investimentos anteriores nas condições materiais de desenvolvimento, procurando assegurar uma maior integração territorial de funções (com as áreas industriais, áreas de comércio e serviços,...) e apoio ao (re)ordenamento de actividades produtivas integrando novos dinamismos territoriais (ex: Loulé).• Conclusão e consolidação de infra-estruturas de recursos hídricos e saneamento básico, indispensáveis à melhoria da qualidade de vida dos residentes (ex: melhoria dos índices de cobertura de saneamento básico e recolha e tratamento de resíduos urbanos).• Desenvolvimento da rede de acessibilidades nos modos de transportes estruturantes para as dinâmicas de abastecimento/escoamento das produções regionais e para as dinâmicas de fluxos de visitantes nacionais e estrangeiros.• Consolidação de relações de solidariedade económica e territorial entre o litoral e a serra, com integração de funções tanto em termos sociais como em termos de mercado.

Domínios de intervenção (Continuação)

Domínios	Linhas de acção para dar resposta a:
<p>2- <u>Espaços rurais, valores naturais e biodiversidade</u> (Riqueza do ambiente e “habitat” natural)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação de diversas actividades do complexo turismo/lazer e atracção de um segmento de novos residentes estrangeiros e nacionais. • Racionalização do aproveitamento de oportunidades regionais no domínio dos recursos naturais (recursos agro-florestais e marinhos, energias renováveis,...) beneficiando da capacidade de investigação presente na Universidade e de novos critérios de localização de investimentos. <p>Preservação do ambiente e das paisagens, sabendo utilizar os valores naturais e a conservação da biodiversidade como factor de atracção, adoptando medidas de protecção ambiental e de preservação do património rural.</p>
<p>3- <u>Espaços urbanos e equipamentos educativos, sociais e culturais</u> (fortalecimento da rede de cidades do Algarve, através da valorização de recursos patrimoniais e da oferta turística, da revitalização global do espaço público e do reforço da dotação de equipamentos colectivos)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • domínios da educação, da saúde, da acção social, do desporto e da cultura, na dupla perspectiva de melhoria das condições de vida e como elementos determinantes da actividade regional. • Qualificar as zonas de ocupação turística e suas envolventes.

Fonte: Quadro de elaboração própria a partir dos conteúdos da *Estratégia de Desenvolvimento do Algarve* – Ex-C.C.R.Alg./C.C.D.R.:17,18

A componente institucional é enfatizada neste documento, no sentido de se “eliminar gradualmente conflitos de competências, e facilitar a concentração de iniciativas e a afirmação de lideranças, coordenar intervenções sectoriais e horizontais.”

De facto, este documento evidencia que:

“A experiência de gestão do ordenamento do território e de planeamento do desenvolvimento regional tem-se confrontado com um enquadramento institucional – de atribuições e competências dos diversos actores regionais, de instrumentos de planeamento e ordenamento do território, de legislação e normas várias – de contornos nem sempre claros e que exigem reajustamentos acentuados no futuro próximo.

Nesta perspectiva, a operacionalidade da estratégia deve compreender uma forte componente institucional norteada pela preocupação de fixar e orientar recursos, simultaneamente, para qualificar as áreas de excelência e para melhorar a eficiência dos instrumentos dos comportamentos dos agentes da Administração, nomeadamente no plano da coordenação de actuações entre órgãos desconcentrados, num contexto de enriquecimento das suas atribuições e competências (...)”

(Estratégia de Desenvolvimento do Algarve – Ex-C.C.R.Alg/C.C.D.R 18,19)

5- PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO ALGARVE (P.E.D.R.A.) A.M.A.L. – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALGARVE

5.1- Objectivos estratégicos e intervenções previstas

A A.M.A.L. apresenta o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Algarve como linha orientadora para a actuação dos municípios nos próximos anos em matéria de desenvolvimento regional.

Os objectivos estratégicos definidos são os seguintes:

- Assegurar o desenvolvimento sustentado do turismo.
- Aumentar a competitividade económica.
- Qualificar os recursos humanos e reforçar a coesão social.
- Promover o equilíbrio territorial e ambiental.

As intervenções previstas para cada um dos objectivos estratégicos são as que se explicitam seguidamente.

“O objectivo estratégico correspondente ao DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DO TURISMO é, obviamente, o mais exigente e mobilizador compreendendo designadamente as seguintes intervenções:

- Aproveitamento integrado do Rio Arade, no sentido de melhorar a suas condições de navegabilidade até Silves - propiciando o desenvolvimento de fluxos turísticos do litoral para o interior, favorecendo a sua utilização para a prática do desporto náutico e organizando os correspondentes percursos e estruturas de acolhimento e de restauração.
- Aproveitamento turístico do Guadiana, compreendendo assegurar a respectiva navegabilidade até Mértola, dotar este território dos equipamentos náuticos e complementares que propiciem actividades desportivas amigas do ambiente e apoiar a correspondente integração das economias e sociedades fronteiriças.

- Valorização turística do Parque Natural da Ria Formosa, com vista a constituir-se um verdadeiro pólo de atracção de visitantes no Sotavento algarvio, associando de forma equilibrada o ambiente à vertente lúdica e potenciando o vincado património cultural da zona.
- Centro Oceanográfico de Sagres, integrando o Centro Museológico Virtual do Algarve que, vocacionado para a exploração do Mar e das Descobertas através de tecnologias de comunicação e audiovisuais, se articule com a exploração do respectivo património histórico.
- Complexos de Negócios e Congressos (compreendendo também a vertente cultural) integrado por dois espaços multi-usos articulados e complementares, essencialmente dirigido aos segmentos turísticos emergentes tanto do Barlavento como do Sotavento algarvios.
- Museu Regional do Algarve como equipamento fundamental de âmbito supra-municipal, potencialmente articulado em rede com núcleos museológicos sub-regionais ou municipais.
- Complexo de Alta Competição (eventualmente desconcentrado em coerência com as especialidades sub-regionais) no sentido de apoiar a consolidação da vocação de turismo desportivo, sobretudo significativa tendo em conta as condições naturais e climáticas existentes, especialmente propícias para a realização de treinos e estágios internacionais; justificar-se-á ainda, de modo directamente articulado com este equipamento, a criação de um Centro de Medicina e Saúde Desportiva.
- Complementar a rede de equipamentos marítimos da costa algarvia, potenciando através da construção e melhoramento das infra-estruturas de acolhimento e protecção da náutica de recreio, a exploração deste importante recurso regional.
- Viabilizar o melhoramento e a construção de equipamentos vocacionados para os desportos motorizados, onde relevam o Kartódromo e o Motódromo Internacional do Algarve.

O objectivo de AUMENTAR A COMPETITIVIDADE ECONÓMICA do Algarve no contexto nacional e internacional deverá enquadrar os seguintes empreendimentos mais significativos:

- Concretizar a construção e o equipamento dos Parques Industriais Regionais, visando designadamente melhorar a estrutura do tecido produtivo regional, apoiar o aumento da sua eficiência e garantir melhores condições de distribuição e comercialização de produtos - valorizando em especial as componentes logísticas; como já salientado, os Parques Industriais Regionais do Algarve deverão assegurar valências e prosseguir finalidades diferentes e complementares - designadamente de âmbito transfronteiriço, vocacionadas para a desconcentração industrial e, finalmente, dirigidas a corporizar um centro logístico algarvio.
- Expansão do Parque de Exposições de Lagoa, enquanto infra-estrutura adequadamente equipada para acolher manifestações produtivas tanto de produtos regionais, como de equipamentos para a economia regional.
- Concretização de um Centro Regional de Citricultura, vocacionado para apoiar e enquadrar nas diversas vertentes produtivas e comerciais - espécies, tecnologias de produção, armazenamento, conservação, transformação e comercialização - a produção de citrinos do Algarve.
- Promoção do Polo Tecnológico do Algarve, directamente articulado com os recursos e as capacidades da Universidade do Algarve, e cujas valências prioritárias deverão enquadrar-se no modelo de especialização económica regional.
- Equipamento dos portos de Portimão e de Faro, envolvendo quer a superação das suas actuais condicionantes, quer a recuperação e requalificação das áreas envolventes.
- Desenvolvimento de um Centro de Tecnologias Avançadas nos domínios audiovisual e de multimédia, em articulação com o Centro Museológico Virtual do Algarve.

O objectivo estratégico que privilegia a PREPARAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS e a melhoria da coesão social deverá ser sobretudo prosseguido através da realização de intervenções territorialmente dispersas mas funcional e tematicamente concentradas em consonância com as prioridades estratégicas de desenvolvimento do Algarve.

Salientam-se todavia, neste contexto, as seguintes infra-estruturas e equipamentos estruturantes:

- Alargar as valências da Universidade do Algarve.
- Estimular a criação de uma Clínica de Saúde no âmbito da Geriatria, especialmente vocacionada para apoiar a consolidação do Algarve como destino preferencial dos fluxos turísticos internacionais especializados na terceira idade.

A PROMOÇÃO DO EQUILÍBRIO TERRITORIAL E AMBIENTAL no Algarve encontra-se directamente condicionado pelas infra-estruturas de acessibilidades, respeitando todavia também outras realizações; Salientam-se neste enquadramento as seguintes iniciativas:

- Complementar rapidamente os dois eixos prioritários e essenciais da região algarvia: Via do Infante e Auto-estrada de ligação a Lisboa.
- Melhorar significativamente as acessibilidades rodoviárias que complementam aqueles eixos, designadamente a IC4 a IC27 e a Via Cénica interior; embora todas estas infra-estruturas se encontrem acolhidas no Plano Rodoviário Nacional P.R.N. 2000, importa assegurar a fixação rigorosa de calendários de execução, compatíveis com as exigências e necessidades regionais.
- Realizar os estudos e os investimentos destinados a garantir melhores condições de acessibilidade ferroviária, seja completando a electrificação de toda a via férrea do Algarve e a sua ligação directa a Lisboa e a Sevilha, seja assegurando a disponibilização de ligações ferroviárias suburbanas.
- Estruturar uma rede regional de aeródromos, melhorando as estruturas e os equipamentos já existentes e dotando o Sotavento de uma infra-estrutura desta natureza.
- Aproveitar as potencialidades do Parque Nacional da Costa Vicentina, harmonizando a protecção das suas dimensões ambientais com a prossecução dos objectivos de fixação da população residente e de desenvolvimento sustentável.
- Promover a gestão integrada e o aproveitamento turístico-ambiental dos recursos naturais de relevância sub-regional - onde se destacam a Ria do Alvor, o Sapal de Castro Marim, a Serra do Caldeirão e a Serra de Monchique.

- Completar as redes e os sistemas respeitantes aos recursos hídricos (construindo designadamente a Barragem de Odelouca, integrada e necessária à viabilização do sistema de Odelouca - Funcho no que respeita ao abastecimento de água em quantidade e qualidade do Barlavento).
- Completar as redes e os sistemas de saneamento, no sentido de uma maior cobertura dos níveis de saneamento no Algarve e, simultaneamente, dar início aos processos de tratamento terciário de águas residuais e desenvolvimento de sistemas de gestão integrados.
- Recuperar e requalificar os Centros Históricos mais significativos do Algarve, criando condições para diversificar a oferta turística.
- Requalificar as zonas urbanas degradadas.
- Recuperar a Orla Costeira nas perspectivas ambiental e de ordenamento do território.” (P.E.D.R.A.-A.M.A.L.-pág. da Web de 2 a 5)

Neste documento a A.M.A.L. sugere a elaboração de um novo Plano Regional de Ordenamento do Território, a revisão dos Planos Directores Municipais e de outros instrumentos de ordenamento como a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional.

A A.M.A.L. propõe que o Plano Estratégico dê origem a um Programa Operacional mais robusto que o actual, a ser gerido por uma Agência Regional de Desenvolvimento, integrada por agentes públicos e privados do Algarve. (P.E.D.R.A.-A.M.A.L.-pág. da Web 4 e 5)

6- PLANO REGIONAL DE TURISMO DO ALGARVE - (P.R.T.A. - ANOS 2000)

O Conselho do Plano Regional de Turismo do Algarve pretendeu relançar o P.R.T.A. através da sua avaliação, actualização e enquadramento no Quadro Comunitário de Apoio III.

O Grupo de Trabalho constituído na sequência dessa resolução teve representantes das seguintes entidades:

- Associação dos Municípios do Algarve – A.M.A.L.
- Região de Turismo do Algarve – R.T.A..
- Ex-Comissão de Coordenação da Região do Algarve – C.C.R.Alg. /C.C.D.R.
- Direcção Regional do Algarve do Ministério da Economia.
- Comissão Executiva do P.R.T.A..

Esse grupo comprometeu-se realizar os seguintes trabalhos:

- 1) Novo enquadramento do P.R.T.A..
- 2) Síntese da execução do P.R.T.A. 1995-1999.
- 3) Programação financeira do P.R.T.A. 2000-2006.

6.1- Fundamentos da revisão do P.R.T.A.

“(…) Os fundamentos que estão na base da revisão do P.R.T.A. são:

- O P.R.T.A. é um instrumento de planeamento que terá, por um lado, de preservar os recursos naturais, ambientais e do património da região e que terá, por outro lado, de explorar esses recursos, conferindo-lhes sempre a qualidade adequada e indo ao encontro das preferencias dos consumidores.
- O Plano necessita de ter uma componente mais dinâmica, apta a acompanhar a evolução do mercado e as alterações das apetências dos consumidores. (…)”

(P.R.T.A. - Anos 2000 - 44)

6.2- Articulação do P.R.T.A. com os planos de desenvolvimento nacionais e regionais

No P.R.T.A. - Anos 2000 é efectuada uma análise comparativa aos grandes objectivos estratégicos definidos nos principais Planos de desenvolvimento nacionais e regionais e sua articulação com o P.R.T.A. .

ANÁLISE COMPARATIVA DOS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DOS PLANOS NACIONAIS E REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO E O PRTA

Domínios do PRTA		Enquadramento da oferta turística	Qualificação e diversificação da oferta/ equipamentos e serviços	Qualificação e diversificação da oferta/ /produtos	Melhoria da prestação institucional	Promoção turística	Implementação e acompanhamento do PRTA
Planos	Objectivos						
PNDES	Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social				X		
	Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro		X	X	X		
	Afirmar a valla do território e da posição geoeconómica do País	X				X	
	Promover o desenvolvimento sustentável das regiões, a qualidade de vida urbana e o desenvolvimento rural	X	X	X			
	Garantir e melhorar sustentada da protecção social						
PDR	Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social				X		
	Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro		X	X	X		
	Afirmar a valla do território e da posição geoeconómica do País	X				X	
	Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão social	X	X	X			
PEDRA	Assegurar o desenvolvimento sustentado do turismo	X	X	X			
	Aumentar a competitividade económica		X	X	X	X	
	Qualificar os recursos humanos e reforçar a coesão social				X		
	Promover o equilíbrio territorial e ambiental	X		X			
EDRA	Afirmação da capacidade competitiva do Algarve	X	X	X	X	X	
	Construção das condições de competitividade regional	X	X	X	X	X	

Fonte: P.R.T.A. –Anos 2000 (pág.55)

A partir dessa análise se conclui nesse documento que os domínios estratégicos do P.R.T.A. se encontram articulados com os principais objectivos estratégicos da política nacional e regional. Enfatiza-se a necessidade de actualizar algumas medidas e acções de forma a tornar o P.R.T.A. mais operacional.

Neste documento considera-se necessário ajustar o P.R.T.A. às novas tendências que têm por base o desenvolvimento de um turismo sustentável, introduzindo novas medidas e acções que contemplam essa visão estratégica para o Algarve.

O P.R.T.A. - Anos 2000 sugere que a estratégia para a requalificação da oferta turística deverá ser globalizante, promovendo a articulação entre os diversos actores envolvidos no sistema: população, empresas, sector público e turistas.

O P.R.T.A. - Anos 2000 conclui que a grande aposta do turismo está na sua própria competitividade, a qual se deverá alicerçar num desenvolvimento sustentável e na qualidade do produto turístico.

Da análise efectuada no P.R.T.A. às dinâmicas regionais constatou-se que:

“(...) Os principais estrangulamentos endógenos à actividade turística identificados no P.R.T.A. (concentração espacial da oferta de alojamento, concentração da procura nos mercados Inglês e Alemão e sazonalidade elevada) se mantêm praticamente inalterados.(...)” (P.R.T.A. - Anos 2000, :56)

No P.R.T.A. - Anos 2000 conclui-se ser indispensável:

- Diversificar os mercados, por forma a diminuir a dependência do Algarve face aos actuais mercados.
- Promover uma distribuição espacial da oferta de alojamento mais homogénea através da sua implementação nos concelhos com menor capacidade de oferta.
- Diversificar a oferta de produtos turísticos.
- Aumentar a percentagem da oferta de alojamento de qualidade.
- Incentivar acções que fomentem a diminuição da sazonalidade.

(P.R.T.A. - Anos 2000: 56)

Considera-se importante neste documento dar continuidade à implementação do P.R.T.A.. Assim será possível:

- “(...)Qualificar a oferta turística do Algarve.
- Evitar que o ciclo de vida do destino entre em fase de declínio.
- Potenciar um eficiente aproveitamento dos recursos.
- Aumentar a capacidade competitiva do Algarve face aos destinos concorrentes.
- Promover um desenvolvimento turístico sustentável(…).”

(P.R.T.A. - Anos 2000: 56)

7- APOSTA ESTRATÉGICA PARA O CONCELHO DE LOULÉ PREVISTA NO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL (P.D.M.)

7.1- Apostas estratégicas e linhas de actuação

Sendo o P.D.M. o instrumento de planeamento do concelho, são referidas seguidamente as apostas estratégicas assumidas nesse documento para o concelho de Loulé. (apesar da sua elaboração datar de 1994)

Apostas estratégicas (P.D.M. - Loulé)	Linhas de actuação
1ª- Valorização integral do Território Municipal, apontando para a elevada qualidade do ambiente, da paisagem, da arquitectura e dos serviços.	Desincentivo da massificação e banalização dos equipamentos turísticos. Aposta em unidades hoteleiras de elevada qualidade. Orientação para segmentos turísticos diversificados, pela preservação das belezas naturais, pela subordinação dos novos empreendimentos à construção das necessárias infra-estruturas.
2ª- Reorientar o concelho em direcção ao interior.	Desenvolvimento de actividades e de equipamentos de animação turística, tirando partido da nova acessibilidade que a auto-estrada de ligação a Lisboa proporciona, articulando com a via longitudinal do Algarve e com o melhoramento de troços viários existentes. (Por ex: a estrada Loulé-Salir, recém-construída, aumentará em particular a acessibilidade desta vila e em geral de toda a serra, desde Alte ao Ameixial.)
3ª- Integração territorial do concelho	Criação de um sistema de rápidas ligações entre todos os aglomerados. Criação de uma rede de transportes públicos, com o fim de aproveitar complementaridades (campo/praias). Desconcentração da faixa litoral, quer criando determinados

Apostas estratégicas (P.D.M. - Loulé)	Linhas de actuação
	equipamentos e serviços em aglomerados do interior, quer implementando os novos Núcleos de Desenvolvimento Turístico.
4ª- Valorização das potencialidades endógenas do concelho	<p>Continuação das explorações de pedreiras sujeitas a estudos de impacto e respectivos trabalhos que minimizem os impactos negativos da paisagem.</p> <p>Protecção de ecossistemas e estímulo à implantação de estruturas que permitam o desenvolvimento do ecoturismo e cinegética.</p> <p>Aproveitamento das potencialidades recreativas e do clima o que propicia a construção e subsequente desenvolvimento de equipamentos desportivos de alta competição, para estágio de atletas nacionais e estrangeiros e a construção de novos campos de golfe.</p>
5ª- Implementação de nova(s) área(s) industrial	Possibilidade de localização de unidades não poluentes e de oficinas, tirando partido das novas acessibilidades conferidas pela V.L.A..
6ª- Reforço da acessibilidade nacional e regional da cidade de Loulé	<p>A auto-estrada Lisboa-Algarve entronca na V.L.A..</p> <p>A construção do aeródromo constitui outra infra-estrutura que reforçará a acessibilidade à cidade e ao concelho.</p>
7ª- A cidade de Loulé como pólo de atracção de serviços regionais	<p>Face:</p> <ul style="list-style-type: none"> • À proximidade da capital regional. • Às possibilidades naturais do seu crescimento • Às novas acessibilidades rodoviárias. • À concentração no concelho de muitos dos grandes empreendimentos urbano-turísticos do Algarve.

Fonte: Quadro de elaboração própria a partir de conteúdos do P.D.M. - Loulé

Relatório Final, 1994 (52 a 54)

